



# Anais da Assembléia

43

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE MAIO de 1987.

ANO XLII

<sup>a</sup> 1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 31. SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 1987.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Bárbara, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Luiz Alberto Oliveira, Nestor Baptista e Rafael Greca (06). Achando-se em licença o Senhor Deputado Homero Oguido (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do Senhor Domingos Battiston.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

### JUSTIFICATIVA:

O infausto desaparecimento do Senhor Domingos Battiston, subitamente ocorrido na data de 27 do mês próximo passado, no Município de Dois Vizinhos - Paraná, enluta toda a comunidade duovizinhense. Gaúcho de Nova Prata, radicado há trinta e cinco anos na região sudoestina e pioneiro do município de Dois Vizinhos, onde casou e constituiu numerosa família. Pela seriedade, profissional e pelo elevado espírito comunitário Domingos Battiston, mereceu em vida, o respeito da comunidade, que, por ocasião de seu falecimento, prestou-lhe concorrido preito. Justifica-se, desta maneira, este presente requerimento, do qual, em sendo aprovado, deve ser dado ciência à família enlutada.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Françaço, ocorrido dia 03 do próximo passado, na Cidade de Paçandu, onde residia. REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

### JUSTIFICATIVA:

Pedro Françaço era comerciante e um dos mais prósperos e dinâmicos pioneiros do Município de Paçandu, e pai do ilustre Vereador Haroldo Françaço.

A homenagem que esta Casa lhe presta é o mais justo reconhecimento pelo trabalho profícuo e honrado que orgulha a família paçanduense.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa da Assembléia, após ouvido o Plenário, votos de congratulações à Diretoria da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - ACAMSOP, eleita a 02 de maio recém passado, sendo seu novo

Presidente o Vereador Euclides Spessatto, membro da Câmara Municipal de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) JOÃO ARRUDA

**JUSTIFICATIVA:**

A ACOMSOP tem prestado relevantes serviços aos legislativos municipais do sudoeste paranaense, dignificando a representação popular naquela região e enaltecendo o valor dos Edis a ela filiados, assumindo posição de vanguarda entre duas co-irmãs em todo o Estado.

Conhecendo, como conhecemos, o jovem Vereador, agora elevado à sua presidência, temos certeza que aquela entidade continuará despontando no cenário político do Paraná.

Rogamos, outrossim, que a nova Diretoria da ACAMSOP seja informada da justa homenagem e reconhecimento que a Assembléia Legislativa do Paraná, lhe confere nesta oportunidade, augurando aos seus membros uma profícua gestão.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de regozijo pela passagem, nesta data, do aniversário do Município de Uraí.

O laborioso povo de Uraí, através de sua pacata e eficiente atuação no setor da agricultura e, posteriormente, no setor industrial, conseguiu fazer com que aquele valoroso Município alcançasse o atual estágio de desenvolvimento.

Que da decisão da Casa, se dê ciência à Prefeitura e Câmara Municipal de Uraí.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação em Ata de votos de congratulações a Juvenal Pedro Cim em razão de sua reeleição a Presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artísticas no Estado do Paraná.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao referido Presidente.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

**JUSTIFICATIVA:**

Juvenal Pedro Cim está na Presidência de uma Federação que abrange um número de cento e oitenta mil trabalhadores em todo o Paraná. Sua liderança tem sido direcionada no sentido de criar e desenvolver um sindicalismo efetivamente participativo,

trabalho esse que muito tem contribuído para tornar a entidade reconhecida em todo o território nacional, no plano confederal.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações à Câmara Municipal de Uraí pela iniciativa da realização nesta data do encontro dos Vereadores, visando a criação da Associação dos Vereadores dos Municípios que integram a AMUNOP.

A iniciativa da Câmara, promovendo debates sobre a autonomia dos municípios, visa, principalmente, que seja preservado o respeito às peculiaridades de cada região, dando continuidade, dessa maneira, aos hábitos e costumes de cada coletividade, ao mesmo tempo em que se procura efetivar soluções para as necessidades de cada município.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à Câmara Municipal de Uraí, para que esta leve ao conhecimento de todos os participantes do Encontro, da homenagem prestada.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação em Ata de votos de congratulações à AECIAR, pela inauguração da sede dos empresários da Cidade Industrial de Araucária.

REQUER, outrossim, que da decisão da casa se dê ciência ao Diretor da entidade Senhor Ilton Foltran.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

**JUSTIFICATIVA:**

A AECIAR foi criada há três anos e reúne hoje, vinte e cinco das cem empresas localizadas no Centro Industrial de Araucária. As cem empresas industriais de Araucária proporcionam oito mil empregos diretos.

A entidade ainda trabalha em conjunto com o Governo Municipal e Estadual, para o desenvolvimento do Parque Industrial, incentivando a implantação de novas indústrias a exemplo de vinte empresas que estão em fase de instalação, gerando mais um mil novos empregos.

Outrossim, a entidade vem favorecendo o desenvolvimento tecnológico de nosso Estado nas áreas que vão desde frigoríficos, biotecnologia, madeireiras, utilidades do-

mêsticas, pré-moldados, tintas e confecções.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja levada ao conhecimento do ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, a solicitação elencada a seguir:

- pavimentação asfáltica no Município de Maria Helena, até a divisa com o Município de Douradina, numa extensão de aproximadamente 20 km.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Maria Helena e Douradina encontram-se separadas por pequena distância, o que favorece um constante deslocamento dos moradores de um Município para o outro. Porém, em épocas de chuvas, a estrada que liga os municípios fica praticamente intransitável, trazendo inúmeros problemas aos usuários da mesma, o que provoca grande descontentamento à população local.

A feitura da pavimentação em muito irá beneficiar os moradores locais, pois que resolvido estaria o problema existente quanto ao tráfego de veículos de um município para o outro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, cumprimentos à Sociedade Rural de Maringá na pessoa do seu Presidente, Senhor Emelindo Bolfer, extensivos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Maringá, Dr. Said Ferreira, pelo brilhante sucesso obtido na realização da 15.ª EXPOINGÁ.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dado apoio irrestrito desta Casa de Leis, à Campanha de prevenção e combate a praga denominada "Bicudo do Algodoeiro", lançada em semana anterior pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Dias e aproveita a oportunidade para REQUERER, seja estendido os devidos cumprimentos ao referido Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, pela ini-

ciativa.

REQUER ainda, que seja enviado expediente às Cooperativas e órgãos de imprensa e comunicação abaixo nominadas, reiterando o apoio à Campanha acima referida.

1. Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá - COCAMAR
2. Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari - COCARI
3. COCAFÉ - de Astorga
4. CAC - Maringá
5. COPRAMIL - Cambará
6. VALCOOP - Londrina
7. CAFENORPA - Jacarezinho
8. TV CULTURA - Maringá
9. TV COROADOS - Londrina
10. TV VANGUARDA - Cornélio Procopio
11. TV TIBAGI - Apucarana
12. TV TROPICAL - Londrina
13. JORNAL FOLHA DE LONDRINA - Londrina
14. O DIÁRIO - Maringá
15. O JORNAL - Maringá
16. TRIBUNA DA CIDADE - Apucarana
17. RÁDIO JORNAL - Maringá
18. RÁDIO DIFUSORA - Maringá
19. RÁDIO CULTURA - Maringá
20. RÁDIO ATALAIA - Maringá
21. RÁDIO CRUZEIRO DO SUL - Londrina
22. RÁDIO LONDRINA - Londrina
23. RÁDIO DIFUSORA - Londrina
24. RÁDIO PAIQUERÊ - Londrina
25. RÁDIO NORTE - Londrina
26. RÁDIO ATALAIA - Londrina
27. RÁDIO AURI VERDE - Londrina
28. RÁDIO TABAJARA - Londrina
29. RÁDIO ALVORADA - Londrina
30. RÁDIO ATUAL GUAIRACÁ - Mandaguari
31. RÁDIO CIDADE - Jandaia do Sul
32. RÁDIO CULTURA - Apucarana
33. RÁDIO DIFUSORA - Apucarana
34. RÁDIO CULTURA - Arapongas
35. RÁDIO ARAPONGAS - Arapongas
36. RÁDIO CLUBE - Rolândia
37. RÁDIO JACAREZINHO - Jacarezinho
38. RÁDIO CAMBARÁ - Cambará

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

1 - Conscientizar os agricultores sobre a importância da destruição imediata das soqueiras de algodão, como medida mais importante para dificultar o alastramento da praga ou infestação de novas áreas;

2 - divulgar os conhecimentos mínimos sobre a praga junto às comunidades, alertando todos acerca dos problemas que podem ocorrer em caso de infestação;

3 - a participação de todos é de vital importância para que o Estado do Paraná possa enfrentar esta grave ameaça que paira sobre a nossa cotonicultura, em benefício da agricultura paranaense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, no sentido de efetuar sindicância no Colégio Estadual Leonardo da Vinci - Ensino de Segundo Grau, no Município de Dois Vizinhos, Paraná.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

#### JUSTIFICATIVA:

O relacionamento harmonioso, indispensável e prioritário, entre mestre e alunos, a administração escolar e pais, é um dos quesitos para que o objetivo de uma educação integral seja atingido. Quando esta providência não é concretizada, há prejuízo na qualidade de ensino. O Grêmio Estudantil Vinícius de Moraes - GREVIM - entidade eleita pelos alunos do Colégio Estadual Leonardo da Vinci - Ensino de Segundo Grau está denunciando, através de Carta Aberta aos pais, autoridades e à sociedade duovizinhense, os desmandos, autoritarismo, discriminações e outras graves irregularidades, praticadas pela Direção do referido Colégio, causando maléfica influência sobre o corpo discente, bem como o repúdio de toda a comunidade.

Extrapolando sua competência, a Direção daquele órgão educacional vem se recusando a efetuar matrículas de alunos com os quais tenha havido qualquer espécie de desentendimento particular, condicionando as mesmas, à submissão. Da mesma forma, professores ameaçam com reprovação, alunos que se neguem a dar apoio à greve dos professores, anotando num "livro negro" de sua exclusiva propriedade, os nomes daqueles que se rebelam contra tal atitude. O conselho de classe, órgão soberano do citado estabelecimento escolar, vem sendo, sistematicamente, preterido, quando da aprovação ou reprovação de alunos. Há nas dependências do Colégio um comércio generalizado de vestuários, livros, etc. descharacterizando a função daquele órgão.

Por ocasião das solenidades de formatura, a Direção vetou o discurso dos formandos, sob a alegação de que o mesmo, em sendo hostil à greve dos professores, não poderia ser expresso pelo Grêmio Estudantil, criado por Lei Estadual que vem sendo alvo constante de ações arbitrárias por parte da administração, como desligamento sumário de membros de sua Diretoria, suspensão de lideranças estudantis por terem buscado o diálogo e solicitado reconsideração dos atos acima descritos, proibição de participação a determinados alunos no que se refere às eleições para a Diretoria daquela representação estudantil.

1. - Que o arbítrio e a coerção vêm sendo impostos como norma pela Diretoria

Administrativa do Colégio Estadual Leonardo da Vinci;

2. - Que o envolvimento e a convivência do Corpo Docente do mesmo, caracterizam uma situação insustentável e, acima de tudo;

3. - Que os princípios basilares da Educação, bem como das diretrizes educacionais e normas emanadas pela Secretaria de Estado da Educação vêm sendo infringidos, justifica-se a pronta e urgente sindicância no Colégio Estadual Leonardo da Vinci, no Município de Dois Vizinhos, atendendo aos anseios de alunos, pais e de toda aquela comunidade.

#### CARTA ABERTA AOS PAIS,

##### AUTORIDADES E SOCIEDADE EM GERAL

O Grêmio Estudantil Vinícius de Moraes - Grevim - entidade regularmente eleita pelos alunos do Colégio Estadual Leonardo da Vinci - Ensino de Segundo Grau - vem por intermédio desta, denunciar aos pais, autoridades e sociedade duovizinhense, os desmandos, autoritarismo, discriminações e diversas irregularidades, praticadas pela Direção do referido Colégio, eleito em 20.11.85, por estar tornando-se insuportável a convivência da classe de estudantes com a administração.

A Direção do Colégio retromencionado, esquecendo-se dos princípios basilares da Educação e, que está formando homens para o futuro desta Nação, tem agido de maneira que não coaduna com as diretrizes educacionais e normas emanadas pela Secretaria de Estado da Educação.

Nós manifestamos neste ato, por intermédio de nossa entidade de classe, descontentamento e repúdio aos atos perpetrados pela administração e, passa a enumerar os mesmos, solicitando às autoridades educacionais as providências de estilo:

01. A Direção, extrapolando sua competência, proibiu alunos de efetuar sua matrícula, por desentendimento particular, alegando que só o faria se referidos alunos se desculpassem humildemente.

02. Uma professora, interpelou, no ano passado, alunos deste colégio, ameaçando com reprovação, mesmo que estes alunos se dedicassem única e exclusivamente à matéria, o que realmente aconteceu, pelo fato destes alunos serem contra a greve dos professores, que como estava se prolongando, iria fatalmente prejudicá-los no final do ano. Tal fato, vem repetindo-se este ano sendo que tal professora alega que determinados alunos estão anotados em seu livro negro; mesmo que estudem. A Direção acoberta e não toma atitudes para sanar tal irregularidade pedagógica.

03. Alunos reprovados no conselho de classe, foram posteriormente aprovados em detrimento da soberania daquele órgão.

04. Verifica-se nas dependências do colégio um comércio generalizado de vestuários, livros, etc.

05. Durante a formatura a Direção vetou o discurso dos formandos, pelo simples fato de conter idéias contrárias à greve dos professores, que pelo entender da classe estudantil só trouxe prejuízo na aprendizagem, haja vista que, o tempo perdido naquele período, não foi recuperado na sua totalidade.

06. O Grêmio Estudantil, criado sob auspício da lei estadual, tem sido desestabilizado arbitrariamente pela administração com:

a) Desligamento arbitrário, levado a efetivo pela Direção, de membro da diretoria, que teve negada a sua solicitação de explicação por escrito.

b) suspensão de líderes estudantis que foram à Direção solicitar, educadamente, reconsideração do ato descrito acima.

c) Proibição a alunos, de participarem das eleições para a diretoria gremiante.

d) Prática de atos arbitrários e coercitivos visando amedrontar a classe estudantil, inclusive com a ameaça, que consumou-se, de vetar suas matrículas.

07. A ameaça, já tradicional, referida em tópicos atrás, "de vetar arbitrariamente as matrículas", de alunos que solicitassem revisão de provas ou reivindicassem a reposição de aulas perdidas durante a greve. Tal ameaça foi levada a termo por ocasião da entrega dos boletins.

08. Todos os atos acima mencionados são do conhecimento da autoridade máxima do ensino em nosso município.

Isto posto, percebe-se que o clima instalado no Colégio Leonardo da Vinci é de revolta.

Alunos já foram taxados de baderneiros e agitadores; o comércio irregular proliferou nas dependências do estabelecimento; alunos perderam o ano, pois tiveram suas matrículas arbitrariamente vetadas; irregularidades são praticadas contra as determinações da lei do ensino; alunos são discriminados pela roupa e uso de uniforme, que não foi votado pela comunidade estudantil, deste estabelecimento de ensino que não vêem outra alternativa senão apelar às autoridades competentes providências urgentes para sanar o impasse existente, bem como corrigir as inúmeras injustiças e arbitrariedades de que se tem verificado tanto por parte administrativa como pelo corpo docente e que, de modo geral, tem gerado um clima de total insatisfação, contrariando frontalmente os princípios básicos, uma vez que, na escola busca-se a complementação da formação do jovem através da educação de seus mestres, pois este jovem que hoje está sendo coagido, oprimido será o futuro administrador

do amanhã, o que poderemos esperar dele?

Também somos gente.

Queremos apenas Justiça!

ITACIR FRANCISCO ZOTTI

Presidente - GREVIM

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados aos Excelentíssimos Senhores: Presidente da República e ao Ministro da Indústria e do Comércio, solicitando a não extinção do Instituto Brasileiro do Café, em Maringá.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Este é um apelo da Associação Comercial e Industrial de Maringá, através de seu Presidente Alcides Siqueira Gomes, e de um documento nos passa a seguinte informação:

Contestamos o fechamento da agência regional de Maringá do I.B.C. pela sua representatividade. A área de jurisdição da agência de Maringá é de 72.599 km<sup>2</sup>, tendo uma população cafeeira (em número de covas) no montante de 331.215.989 o que representa 60% do parque cafeeiro do Paraná. A agência local representa cento e vinte e dois municípios cafeeiros. A agência regional adquiriu referente a safra 86/87 um milhão de sacas de café gerando um I.C.M. na ordem de Cz\$ 450.500.000,00. A produção prevista para a safra de 87/88 é de quatro milhões e meio de sacas, com uma previsão de I.C.M. a ser gerado na ordem de Cz\$... ... 1.468.800.000,00. Pelas suas atividades desenvolvidas nessa importante área de produção no tocante às atividades voltadas para o amparo da lavoura cafeeira, no que tange aos aspectos de assistência técnica, pesquisa, aplicação de nova tecnologia, onde destacam os seguintes programas:

- campanha de renovação de cafezais improdutivos;
- campanha de controle da ferrugem e bicho mineiro;
- produção de mudas e sementes fiscalizadas de café;
- Assistência técnica lavouras cafeeiras e viveiros comerciais de mudas;
- atividades desenvolvidas na área de pesquisa e experimentação.

Pelos motivos expostos, é que discordamos do fechamento dessa agência regional em detrimento de outras menos produtivas instaladas no Estado do Paraná e outros estados brasileiros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa da Assembléia, após ouvido o Plenário, encaminhar ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, solicitando a urgente determinação de estudos para reajustar os valores pagos aos representantes da Previdência Social - áreas urbanas e rural, destacando que o último aumento ocorreu há quatorze meses, isto é, em fevereiro de 1986.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

**JUSTIFICATIVA:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Conhecemos a situação difícil dos representantes da previdência social na Região Sudoeste do Paraná, que temos a honra de representar; e chamamos a atenção dos nobres Pares desta Augusta Casa, para essa situação que é a mesma, não só no Estado, como em todo o Brasil. Os representantes da previdência social estão sendo mal remunerados, recebendo quantias irrisórias para manter seus escritórios, em que pese a grande responsabilidade a eles outorgada, a qual exige tempo integral e dedicação exclusiva, além do custeio elevado - cabendo-lhes as despesas de aluguel, telefone, móveis e utensílios e as demais para manutenção dos escritórios.

Essa argumentação deve ser levada ao Senhor Ministro da Previdência Social e ao Presidente do INPS, a partir do qual o estudo solicitado deve partir para que seja viabilizado um reajuste compatível com a responsabilidade dos representantes da previdência, especialmente ao interior do Estado.

Desconhece-se as razões pelas quais o atual sistema de remuneração continua sendo mantido e, certamente, devem merecer uma reavaliação por parte do Ministério da Previdência e da Presidência do INPS, a fim de que o desestímulo não prejudique o nível de atendimento exigido por essa área de prestação de serviços, acarretando o fechamento de algumas representações, conforme já vem ocorrendo.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, sejam oficiados ao Ilustre Secretário dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, as solicitações abaixo elencadas:

1. pavimentação asfáltica no Município de Douradina, passando pela localidade Vila Formosa, até a divisa com o Município de Maria Helena, numa extensão de aproximadamente 15 km.

2. Pavimentação asfáltica, do Município de Douradina até a localidade Jardim Indo-Ivaí, numa extensão de aproximadamente 10 km.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) NILTON BARBOSA.

**JUSTIFICATIVA:**

A solicitação apresentada funda-se no fato de que as estradas que ligam o Município às localidades indicadas, encontram-se em precário estado de conservação, o que praticamente impossibilita o tráfego de veículos e pessoas pelas mesmas; principalmente nas épocas em que a região se vê assolada pelas chuvas, quando várias bacias se formam ao longo de todo o leito carroçável das citadas estradas, motivo de grande insatisfação por parte dos moradores locais, que estão a reclamar as melhorias que se fazem necessárias à solução do impasse.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a viabilização da pavimentação asfáltica do trecho da PR-151, entre o Município de São Mateus do Sul a Três Barras (divisa do Estado de Santa Catarina).

Outrossim, aprovado este requerimento, se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) ACYR MEZZADRI.

**JUSTIFICATIVA:**

Com a conclusão das obras de asfaltamento do trecho da PR-151 entre Palmeira e São Mateus do Sul, e uma vez viabilizada a pavimentação no trecho em reivindicação, o benefício proporcionará melhores condições de escoamento de safras na região e diminuirá significativamente as distâncias entre o centro-norte de nosso Estado e o norte-oeste de Santa Catarina e norte-oeste do Rio Grande do Sul, tornando-se portanto, como importante alternativa de acesso entre as regiões mencionadas.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, para que envie esforços no sentido de viabilizar a pavimentação asfáltica do trecho Roberto Silveira a Xambrê.

REQUER, também, que do presente requerimento uma vez aprovado, que sejam enviadas cópias aos Ilustríssimos Presidentes das Câmaras Municipais de Umuarama e de Xambrê.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### JUSTIFICATIVA:

Este trecho acima citado, serve para trânsito e escoamento de safra, sendo que, em épocas de chuvas, torna-se intransitável.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando medidas urgentes no sentido de equipar e melhorar sensivelmente as condições de trabalho na Delegacia de Polícia do Município de Francisco Alves, próximo da Cidade de Umuarama.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor Aroldo Aparecido Freire, Digníssimo Delegado em exercício, da referida Delegacia daquele Município.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### JUSTIFICATIVA:

A situação crítica que se encontra a Delegacia de Polícia de Francisco Alves, é deveras preocupante, principalmente levando-se em conta que a segurança é fundamental, para a paz e a tranquilidade da comunidade, para poder produzir e viver.

As dificuldades são tantas, que o Delegado em exercício, numa atitude louvável de responsabilidade com o seu trabalho e, com a população local, acha difícil enumerá-las e escolher algumas como prioridade.

Antes havia a falta de viatura, agora há a de combustível, uma vez que a cota destinada é de apenas trezentos litros, sendo insuficiente. Não conta ainda, a Delegacia, com carcereiro e as celas estão sem as mínimas condições de segurança, tanto que nem cadeado tem para trancafiar com segurança os marginais.

No tocante a armamento a Delegacia conta com duas espingardas e munição racionada. O contingente policial é de apenas quatro policiais militares e um agente.

O material de expediente é escasso, e os móveis obsoletos e impróprios para os exercícios, entre outros problemas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, para que estude a viabilidade da pavimentação asfáltica, trecho de Perobal a Alto Piquiri, dentro do plano rodoviário deste semestre.

Uma vez aprovado, REQUER, ainda, que seja dado ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos Municipais de Umuarama e Alto Piquiri, bem como, aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais respectivas.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### JUSTIFICATIVA:

O trecho em tela tem servido de trânsito e de escoamento à safra do Município e do Distrito, que em época de chuvas, torna-se intransitável.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando informações a respeito da atual situação de dezesseis mil e quinhentos professores de primeiro grau, conveniados junto às Prefeituras Municipais, em especial de Umuarama.

Uma vez aprovado, solicito dar ciência deste ao Ilustríssimo Senhor Professor Paulo Maia de Oliveira, Digníssimo Presidente da Associação dos Professores do Paraná, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Umuarama.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### JUSTIFICATIVA:

A situação crucial pela qual passam milhares de educadores no Estado, merece sem dúvida, uma atenção especial por parte dos nossos governantes, e um posicionamento da classe política paranaense.

Preocupa-nos seriamente, ao depararmos com pronunciamentos de clamor dos prefeitos a respeito das dificuldades encontradas no setor de ensino em seus municípios, quando cerca de dezesseis mil e quinhentos professores municipais lecionando em escolas estaduais, recebiam cerca de 60% do salário-mínimo, quando não menos, numa inequívoca discriminação aos seus colegas de rede estadual, que atuando no mesmo estabelecimento, subordinados às mesmas obrigações, recebiam até cinco vezes mais. Digo, recebiam, porque hoje não se sabe se irão receber ou não, visto o pronunciamento de falência dos municípios.

Solicito portanto, esclarecimentos e informações detalhadas, objetivando unir



esforços do Legislativo, Executivo e comunidade, para encontrar caminhos e resolver o impasse.

Se o município empurra para o Estado e, este devolve ao município, como ficam os trabalhadores da educação neste jogo?

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a criação do Ensino de Segundo Grau no Município de Roncador, através da rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Roncador aprovou o requerimento de n. 02/87, encaminhado pelo Senhor Miguel Pereira, Digníssimo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Município, em que solicita a criação do Ensino de Segundo Grau estadualizado naquele Município, visando atender os estudantes que não tem condições financeiras de deslocarem-se até as escolas da região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., solicitando agasalhos e cobertores para as crianças da Creche Nossa Senhora de Fátima, na Cidade de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Creche Nossa Senhora de Fátima, de Nova Cantu, vem realizando relevantes serviços àquela comunidade, através do trabalho digno e competente da Senhora Terezinha Daróz Pereira, Presidente. Entretanto, a Creche necessita de agasalhos e cobertores para atender as crianças carentes daquela Cidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando agasalhos para as crianças caren-

tes da Creche Nossa Senhora de Fátima, na Cidade de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Anualmente, nas estações frias do ano, as crianças da Creche Nossa Senhora de Fátima sofrem os rigores das baixas temperaturas porque a Creche não tem condições financeiras de ampará-las. Por este motivo, é necessário que essas crianças sejam atendidas através da doação de agasalhos e cobertores.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Senhores Álvaro Dias - Digníssimo Governador do Estado e Heinz Georg Herwig - Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica ligando a PR-487 à rodovia ligação Altônia a Iporã pela estrada Ouro Verde, passando pela localidade de Pé de Galinha.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) Nelson Vasconcellos.

#### JUSTIFICATIVA:

A região compreendida entre as localidades de Ouro Verde, São João e Pé de Galinha é composta por pequenas propriedades de café, com alta importância, devido sua produtividade à economia da região, que em virtude desta composição possui uma grande densidade populacional que utiliza intensamente esta estrada.

Diante da importância econômica da região e a necessidade dos constantes deslocamentos por parte da população à sede dos municípios próximos, o que é imprescindível ao desenvolvimento de suas atividades produtivas, é de grande necessidade a pavimentação asfáltica da estrada Ouro Verde, para que mesmo em época de chuvas, não se paralise o tráfego nesta estrada e que se dê em condições satisfatórias.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente urgente às autoridades abaixo nominadas, propondo congelamento das mensalidades do segundo semestre do corrente ano, nas universidades estaduais do Paraná (Maringá, Londrina e Ponta Grossa).

Governador Álvaro Dias;  
Secretário de Estado da Educação,  
Belmiro Valverde Jobim Castor;  
Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Ascênio



Garcia Lopes;  
Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Francisco Borja Magalhães;  
Secretário de Estado das Finanças,  
Luiz Carlos Jorge Hauhy.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Hoje a universidade não é mais considerada privilégio das classes elitizadas, pois em recente pesquisa realizada pelo Professor Luiz Carlos Assunção Neves, do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Maringá, detectou-se que a grande maioria de estudantes universitários é composta de assalariados ou de filhos de assalariados, que trabalham em meio expediente ou em integral para que possam manter seus estudos de nível superior. Esses mesmos estudantes têm dificuldade, portanto, em adquirir materiais didáticos e de pesquisa, tendo em vista o alto custo que representam em seus respectivos orçamentos.

Há que se pensar seriamente nesta questão, pois o número de desistências ou o número de trancamentos de matrículas a cada semestre (com exceção do período do congelamento - Plano Cruzado) têm crescido, o que reflete a falta de condição de um assalariado poder gozar de um direito adquirido, no momento em que for aprovado no concurso vestibular.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente de cumprimentos ao Sr. Ercílio Santinoni, Digníssimo Presidente da MICROPAR (Associação dos Microempresários de Maringá), pelo "Troféu Incentivo" recebido e concedido pela Sociedade Rural de Maringá, quando da realização da XV EXPOINGÁ, onde a MICROMAR esteve presente com um stand especial.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Antônio Lopes Noronha, pedido no sentido de que seja aumentado para 12 (doze) o número de policiais destacados para a Delegacia de Polícia de Sarandi, assim como liberação de recursos para a manutenção das viaturas, ora à disposição da Delegacia local.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, o motivo que nos leva a formular este pedido fundamenta-se nos insistentes apelos da comunidade daquele Município, que se encontra apreensiva e permanentemente sobressaltada pela ação de marginais, a maioria deles oriundos de toda aquela vasta região e que, devido à inadequada ação policial, provocada pelo número reduzido de policiais no Município de Sarandi, transforma-se num convite permanente a esses mesmos marginais, muitos deles de alta periculosidade, aumentando ainda mais o risco vivido por aquele povo ordeiro e trabalhador, que paralelamente a tudo isso, vê as viaturas policiais paralisadas por falta de homens para conduzi-las.

Se não bastassem esses fatos, o Município de Sarandi tem hoje uma população aproximada de setenta mil habitantes, o que, por si só, justifica o nosso pedido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente urgente às autoridades abaixo nominadas, solicitando pavimentação asfáltica que ligará, Paçandu a Ourizona.

1. Governador Álvaro Dias
2. Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Paçandu, já vem reivindicando há tempo a pavimentação deste trecho, inclusive até as demarcações já foram executadas. A linha de ônibus que serve os moradores desta região, está com tráfego deficiente, prejudicando seus usuários, principalmente em caso de doenças, principalmente nos dias chuvosos. Devemos considerar, também, que facilitaria muito o escoamento da safra, tendo em vista que ligaria Paçandu à rodovia que liga Maringá a Paranavaí.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, para solicitar que sejam efetuadas obras de melhorias no campus da Universidade Estadual de Maringá.

1. Governador Álvaro Dias
2. Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor
3. Secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia

Ascêncio Garcia Lopes  
Sala das Sessões, em 05.05.87.  
(a) LINDOLFO JÚNIOR.

**JUSTIFICATIVA:**

1. A Universidade Estadual de Maringá tem sua posição de destaque e qualidade dentro do ensino superior no Estado do Paraná, porém sofre uma série de problemas graves de infra-estrutura. Como exemplo podemos citar as péssimas condições de algumas construções pré-fabricadas, que já se encontram com seu tempo de vida útil ultrapassadas em mais de cinco anos, sofrendo inclusive interdições constantes por não atenderem as recomendações do Ministério do Trabalho. Tal situação causa estrangulamento na U.E.M. até mesmo para ministrar aulas normais de graduação.

2. A despeito de sua importância, a Biblioteca Central desta instituição está instalada em um prédio pré-fabricado provisório desde 1974, abrigando um acervo de 102.000 livros, 81.135 exemplares de periódicos, e 22.715 materiais considerados "Obras Especiais". Hoje a Biblioteca Central da U.E.M. atingiu sua capacidade máxima admissível, sem condições para a transferência do acervo remanescente (localizado no processo técnico) nem tampouco o aumento do quadro funcional por absoluta falta de espaço físico. Vale ressaltar, também, a precariedade das instalações elétricas e hidráulicas do prédio, que já tem ultrapassado em mais de oito anos a previsão de sua vida útil.

3. Outro aspecto grave pode ser constatado na falta de pavimentação no campus da universidade, que lamentavelmente ostenta uma imagem de abandono e desolação, não condizendo com uma Cidade progressista e tão bem planejada como Maringá.

4. a U.E.M. vem gestionando, infelizmente sem obter sucesso, junto ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social da Caixa Econômica Federal uma verba para obras prioritárias naquela instituição.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando gestões, no sentido de concessão de um microônibus para o Município de Tibagi, para o transporte de escolares residentes naquele Município.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

**JUSTIFICATIVA:**

A pretensão em questão conta com a aquiescência do município de Tibagi, para

esforço conjunto de lideranças políticas do município de Tibagi, que de há muito vêm tentando minimizar o problema enfrentado pelo educando daquela região.

Dentre as muitas razões a serem apontadas, destaque-se, a priori, que somente em Tibagi existe o curso de segundo grau, e que vem prestando atendimento não só a alunos da sede, mas de Distritos como: Caetano Mendes, Alto do Ampari, Ventania, etc., os quais distam, em média, 40 Km da sede.

O deslocamento desses estudantes tem se verificado, até então, através do único microônibus de que dispõe Tibagi para o atendimento a todos esses Distritos, em período integral, isto é diurno e noturno, pois que não conta Tibagi com linha normal de transporte coletivo urbano ligando a região, o que tem dificultado, também, o acesso à sede.

Não obstante esta alternativa, um microônibus somente não tem sido suficiente para suprir as necessidades, considerando-se a demanda de alunos que afluem à Tibagi, como único recurso de aprimoramento e desenvolvimento de suas potencialidades intelectuais, número este que cresce de ano a ano e que torna imperiosa a aquisição de mais um microônibus.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção e uma Delegacia de Polícia na Sede do Distrito de Campina do Simão, Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

**JUSTIFICATIVA:**

A administração municipal de Guarapuava, dentre outras metas prioritárias, sempre se preocupou com as condições de segurança pública oferecidas à população.

Assim sendo, constata-se, segundo o nobre Vereador João Maria de Jesus daquela localidade, que a falta de uma Delegacia de Polícia na Sede do Distrito de Campina do Simão, traz uma série de dificuldades em termos de operacionalidade por parte do organismo de segurança.

A construção da referida Delegacia, irá atender com maior segurança, além do Distrito de Campina do Simão, inúmeras localidades adjacentes.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e ilustre Vereador João Maria, de Guarapuava.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando seja proposto ao Poder Legislativo a alteração da organização e divisão judiciária do distrito de Entre Rios - município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) WERNER WANDERER

## JUSTIFICATIVA:

O Distrito em tela foi criado como "Distrito Administrativo" por Lei Estadual n. 6924 de 02 de setembro de 1977, estando assim atendida a condição para a pretendida criação de "Distrito Judiciário" do mesmo (Parágrafo 2.º do artigo 110, da Constituição do Estado).

É sabido da melhoria que apresenta à população interiorana contar com os serviços à sua disposição quando da existência de Distrito Judiciário. Trata-se de mais um exemplo eloquente das vantagens de ver colocada em prática a descentralização administrativa, para que o povo possa resolver vários de seus problemas sem maiores deslocamentos, contribuindo, de outra forma, também para a fixação do homem no meio rural, imprescindível nos dias atuais.

O Vereador João Natálio Stein, autor da presente solicitação, acredita que não há nenhum impedimento para a criação do "Distrito Judiciário", daí a razão de novo apelo, uma vez que em 30 de maio de 1979, neste Plenário, apresentamos requerimento com este teor.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais desta Casa, das matérias intituladas "OPOSICIONISTAS DENUNCIAM O TERROR CONTRA FUNCIONÁRIOS", e "AL RECEBE "SINAL" DO PALÁCIO E APROVA EMENDAS", publicadas, respectivamente no "Jornal do Estado", página 6, edição do dia 03 do corrente mês, e no Jornal "O Estado do Paraná", página 2, edição do dia 1.º de maio de 1987.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

## JUSTIFICATIVA:

Referidas matérias jornalísticas tratam, com fidelidade, o que foi a votação do Projeto de Lei de Reforma Administrativa, encaminhado à Assembléia Legislativa pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através da Mensagem n. 032/87.

O processo de votação foi marcado pela

prepotência da Bancada Majoritária do PMDB, que negou às Oposições até mesmo o direito de discutir, uma a uma, conforme prevê o Regimento Interno da Casa, as mais de cinquenta emendas apresentadas.

O fato resultou na retirada de Plenário dos representantes do PFL, PDT, PT, PL e PDS, que firmaram, em seguida, nota de protesto contida na publicação "Oposicionista denuncia o terror contra funcionários", do "Jornal do Estado". Já a diversidade de tratamento, em relação às Oposições, ficou bastante clara, conforme atesta o bilhete do Líder da Bancada do PMDB, reproduzido na matéria "AL recebe "sinal" do Palácio e aprova emendas", do Jornal "O Estado do Paraná". Nele, o referido Líder não só pede a colaboração de seus companheiros para a aprovação apenas das emendas apresentadas por Deputados situacionistas, como também pede que evitem "encaminhamentos para votar o mais rápido possível"... É o sinal da força, da prepotência.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná do editorial do "Jornal Folha de Londrina" de 01/05/87 com o Título "O Humilhado Trabalhador". Neste editorial o jornal levanta questões fundamentais para o desenvolvimento social, político e econômico do País, ao questionar a especulação financeira em detrimento do trabalho, sob qualquer forma. O editorial proporciona uma análise do conceito de escravidão que ainda permanece e nossa sociedade, na forma do salário pago ao trabalhador.

Sala das Sessões, em 05.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Não havendo Expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto o PFL.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Alexandre Ceranto.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Para o Paraná de ontem e de hoje, com certeza do amanhã, na sua escalada progressiva rumo ao desenvolvimento, tem sido e continuará sendo acompanhado pelo Banco do Desenvolvimento do Paraná S.A., BADEP,

instituição voltada exclusivamente para o desenvolvimento econômico e social do Estado, diante do instrumento de recursos financeiros e humanos, gerenciados institucionalmente, destinados às atividades produtivas no território paranaense, tendo como seu público preferencial as micro, pequenas e médias empresas paranaenses.

Senhor Presidente, a importância do BADEP, desde a sua origem, quando se denominava CODEPAR, não pode ser relegada ao plano secundário, haja vista a necessidade de apoio que há na área industrial, no setor agrícola e comercial, ou na promoção econômica, com realização de estudos, elaboração de projetos, como também no apoio financeiro às necessidades de capital de giro e de investimento da classe empresarial. O Paraná é reconhecido como Estado agrícola. (Lê):

E o BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ, também em conjunto com o CENTRO DE APOIO À PEQUENA EMPRESA DO PARANÁ - CEAG, tem prestigiado este setor, mas Senhores Deputados, o nosso Estado não pode exclusivamente, depender do campo, ainda mais, quando o governo federal abandona o agricultor, como vimos nestes últimos anos de Nova República.

Não podemos viver de um único setor produtivo, e as indústrias e o comércio aí estão para dar diversificação de empregos e implementar um desenvolvimento harmônico e progressista.

Se a história, os objetivos e os planos de atuação do BADEP, por si só não justificam a sua existência, no aspecto prático e contábil, estes não deixam margem de dúvida da sua necessidade.

Segundo informações, colhidas junto à administração deste banco de fomento do Paraná, o saldo de aplicações, em 31 de março de 1987, foi da ordem de 11,5 bilhões de cruzados, dinheiro este em poder das empresas, atingindo duzentos e quinze municípios, gerando com isso, nestes vinte e cinco anos de existência, cerca de cento e vinte mil novos empregos.

Em vinte e cinco anos oito mil novecentos e sessenta e seis empresas foram financiadas, sendo quatro mil destas vinculadas ao FINSOCIAL. No saldo e operações de créditos em 31 de março de 1987, foram realizadas 1.792 milhões de cruzados, em financiamento ao setor público, e para o setor privado, 7.870 milhões de cruzados em financiamentos.

No período de 1962 a 1986, foram contratadas 16 mil 130 operações, totalizando 29.175 bilhões de cruzados, a preço de 1986, equivalente a mais de 2 bilhões de dólares, numa média de interiorização dessa aplicação de 63%.

Isso demonstra, o relevante papel exercido pelo BADEP. Em suas atividades,

que não podem ser desvirtuadas e confundidas, com um similar no Rio de Janeiro, que teve um pedido de extinção recentemente, por que fugia a sua finalidade, e até, talvez, porque dava prejuízo.

No entanto, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, o desempenho recente deste Banco Social, reforça, ainda mais nossa convicção de defesa à livre iniciativa.

E este banco, foi o maior aplicador de recursos do programa de operações conjuntas do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, o segundo maior aplicador de recursos do PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA do BANCO CENTRAL, e como Líder do Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento, BADEP carregou para o Estado do Paraná, em 1986, recursos federais da ordem de 1,8 bilhão de cruzados."

Muito obrigado.

Esse foi o relato sobre o que consegui, através do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

Senhores Deputados, realmente cabe a mim empresário trazer estes dados aqui à esta Assembléia, à esta Casa de Leis, dando conta do trabalho feito pelo BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ para o engrandecimento do nosso Estado.

Muitas vezes, os nossos companheiros Parlamentares, que estou acompanhando com poucos dias de permanência aqui, pela primeira vez, como Deputado Estadual, tenho visto os meus companheiros falarem muito do trabalhador, quase todas as vezes que falam no Plenário desta Assembléia.

Acredito que, aqui nesta Assembléia, a maioria dos Parlamentares são empresários, pessoas que realmente têm as suas empresas com seus operários e por isso, não sou contra o trabalhador, sou favorável que realmente haja uma política definida para os trabalhadores, mas também, quero fazer este apelo aos meus companheiros de Bancada, que temos que fazer algum trabalho para que se possa, realmente, os nossos empresários ter condições de vida a fim de dar empregos aos nossos operários, porque, em muitas ocasiões, talvez, criticamos até o empresário, a multinacional, mas, na realidade se há uns tempos atrás, ainda em nosso Estado, em nosso País, é necessário reconhecer que, precisamos, realmente, da permanência das multinacionais em nosso País.

Precisamos realmente das multinacionais, porque se olharmos naquilo que temos em nosso corpo, a roupa que nós vestimos, ainda é fruto das multinacionais. E por isso, temos também que pensar no passado e no nosso futuro, porque o País ainda é pobre e dependemos de outros setores.

Vejam só, prezados Deputados, comenta-se muito também em questão de trabalhado-

res; eu fui um dos que mais trabalhei em minha vida. Fui agricultor, trabalhei na agricultura durante muito tempo. E esses empresários que temos hoje no nosso Estado do Paraná, foram homens também que lutaram nas suas lavouras. Chegaram hoje onde estão, nas suas empresas, mas com o seu trabalho, com o seu suor do dia-a-dia. Foram homens que puxaram o cabo da enxada também para serem empresários.

Então, temos que reconhecer o trabalho desses trabalhadores.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, só para esclarecer. Estou acompanhando atentamente o seu pronunciamento e dizer que eu ainda não atingi o patamar de empresário. Nesta Casa, ainda sou um assalariado. Estou entendendo perfeitamente a sua exposição. É das mais importantes.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Agradeço, pela participação do nobre companheiro. Realmente, temos que ver as duas faces. O trabalhador é muito importante para fazer parte de nossa vida. Mas, quando ouvi esses dias atrás o Deputado Pedro Tonelli, que defende em todas as suas teses os trabalhadores, esqueceu-se, ainda, que todos os paranaenses e empresários são trabalhadores também. Ele esqueceu-se de "dar a César o que é de César", e também que, quando Jesus Cristo dividiu as moedas entre três discípulos, disse que fossem trabalhar e que produzissem.

Aquele que não produziu, foi chamado por Jesus e cobrado por que não produziu, e foi gratificante aqueles que produziram.

Então, na realidade, quando se fala de Reforma Agrária, sou a favor da mesma, mas sou a favor de que ela seja justa, direcionada para aqueles trabalhadores e não para os aproveitadores.

O Sr. Paulino José Delazeri - Vossa Excelência me permite um parte? (Assentimento)

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência lembra ao orador que lhe resta um minuto e pede ao aparteante que seja rápido no seu aparte.

O Sr. Paulino José Delazeri - Concordamos com Vossa Excelência quando fala da necessidade dos empresários também serem privilegiados na política econômica e financeira do Governo Federal. Porque neste momento, o Governo deslocou o seu eixo de aliança política que era de aliança com os empresários, com o capital produtivo e o

trabalho. O trabalho teve o seu poder de compra, o seu poder aquisitivo aumentado durante o Plano Cruzado I. Nunca nesse País, o capital produtivo investiu tanto e gerou tanta riqueza, assim como empregos. Mas, a partir de 21 de novembro de 1986 até o presente momento, o Governo entregou-se aos monopólios e aos oligopólios nacionais e estrangeiros, que estão submetendo o trabalho e o capital produtivo a um verdadeiro escravagismo branco.

Por isso, compartilhamos da sua idéia. Só queremos dizer aqui, e manifestar que se hoje a aliança política do Governo Federal é com o capital financeiro especulativo e com os monopólios nacionais e estrangeiros, são exatamente as multinacionais que submeteram o governo a esta condição. E, somos, francamente, desfavoráveis a atuação tão perniciosa das multinacionais no Brasil, como acontece neste momento.

Na primeira oportunidade, possivelmente amanhã, faremos um pronunciamento em relação a esse assunto. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE - Antônio Annibelli) Esta Presidência lhe concede mais um minuto, porque esse tempo foi tomado pelo aparteante.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Pois não. Agradeço a sua participação, Senhor Deputado, e é por isso, que convido aos nobres companheiros para nos defendermos aquilo que é de direito. Mas, realmente, dentro da igualdade, não só dando a oportunidade à classe trabalhadora e desprezando sim, aquilo que fortaleceu em nosso País e desenvolveu o nosso Estado, que são os empresários também.

Sobre o que me referi, e vou repetir, trabalhadores são todos os brasileiros.

Apenas queria fazer mais uma colocação aqui, Senhor Presidente, reportando-me ao que se colocou aqui, dias atrás, que a viatura vem contra as pessoas que vão fazer greve.

Sou a favor da greve!

Agora, estou de acordo, também, de que o Governo tenha mais segurança. O que não pode, é o que está acontecendo com o nosso Presidente da República, que não tem mais poder! O Governador do Estado do Paraná tem que ter poder e garantir a segurança do nosso Estado.

Com isso, quero deixar bem claro: não sou contra os trabalhadores e nem dos grevistas, mas apenas penso que temos que ter segurança em nosso Estado. O Governador tem que ter suas forças para mantê-la.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Consulto à Liderança do Partido Libe-

ral se fará uso de seu horário. Falará o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Ou o Brasil acaba com a agricultura, ou a agricultura acaba com o Brasil. Esta é a triste realidade que estamos vendo hoje, num País que já foi chamado, com muita justiça e nos tempos do arbítrio, de celeiro do mundo. Há no País uma disparidade de ações que mostram cada um trabalhando por si, enquanto o poder central isola-se na ilha da fantasia que é Brasília, fechando os olhos para uma triste realidade. De um lado, o balcão dos negócios que envolvem este País, o Brasil tentando com seu esquecimento e falta de posição, acabar com a agricultura, de outro, a agricultura acabando com o País, por força de circunstâncias do próprio poder central, para que os produtores, consigam, ao menos, sobreviver. E no inchaço das cidades, transformadas em metrópoles e megalópoles, como São Paulo, o triste retrato de um País que parece não saber como administrar suas crises internas, enquanto o problema externo vai sendo empurrado ou rolado, no mesmo estilo da Velha República que administrava a nossa dívida externa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Enquanto repetem-se os erros da Velha República, a Nova, sem nos oferecer circunstâncias capazes de realmente resgatar a credibilidade pública, vai proporcionando um quadro dramático para milhares de famílias brasileiras que vivem no campo e do campo. O governo paranaense, tão logo Álvaro Dias assumiu, sensibilizou-se para a situação e seu Secretário da Agricultura, Osmar Dias, incentivou medidas que resolveram a parte mais aguda do Problema a nível interno. Evitou-se, no Vale do Ivaí, o agravamento de uma situação estarrecedora, onde o Estado renegociou uma dívida e até assumiu a mesma como exemplo do que poderia ser feito ante tão difícil situação da agricultura nacional. Ocorre, porém, que o problema do Vale do Ivaí não é isolado. Ele foi apenas célula de um corpo que tomou conta deste País e hoje se espalha qual câncer a tomar conta geral. Hoje mesmo, o Jornal "Indústria e Comércio", traz a Manchete de que pequenos produtores vendem terras para pagar bancos, retratando a situação em Altônia, que é comum não apenas no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e outros estados produtores, mas que reflete o estado de coisas em que nos encontramos. Se no Vale do Ivaí, felizmente, o Estado do Paraná conseguiu contornar em parte uma situação, em Altônia, por exemplo, pelo menos cem pequenos produtores abandonaram suas terras ou as venderam para pagar suas dívidas bancá-

rias, porque não puderam suportar os altos juros cobrados.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que País é este, diria Francelino Pereira a indagar tantos encontros e desencontros? E reforçamos: que País é este que quer sair do sufoco e estrangula seu principal canal de liberdade que está na agricultura?

Funaro saiu e deixou nas gavetas do seu Ministério ou do Palácio do Planalto, um plano que tentaria resolver em parte a angústia que vive hoje a nossa agricultura. E nos desencontros da política, a Aliança Democrática em Brasília, preocupa muito mais o Presidente José Sarney, que esta situação de fome, cujo fantasma, já começa a nos rondar ante a falta de uma política adequada para o setor. Temos uma super safra, mas não contamos com armazéns suficientes. Importamos alimentos para regularização do mercado mas, nos mandam mercadoria inadequada. Abrem-se canais de empréstimos à agricultura, mas estrangulam com juros altos e correção monetária que em três meses fazem qualquer dívida chegar ao espaço. O que se pretende afinal?

Pelo que se fez no Vale do Ivaí, tenho certeza de que o Governo do Paraná, estaria disposto a tentar o mesmo recurso em outras regiões. Mas com que recursos, se o poder central, é que manobra e resolve em migalhas, dispendendo um mínimo quando a necessidade do setor é máxima?

Senhor Presidente, Senhores Deputados. O PL está preocupado. Vive o drama de pequenos produtores, cujas economias na compra de uma terra para produzir vão se esvaziando em juros e compromissos bancários que se tornaram uma verdadeira arma apontada para o peito do agricultor. Muitos já venderam bens particulares para honrar compromissos que colocam o homem do campo como um ser com dificuldades de viver no meio social, ante o olhar guloso de quem cobra e até coloca em posição ridícula um produtor. Vive-se uma fase de desespero, quando o agricultor deveria estar no campo e não nos bancos em busca de empréstimos. Vive-se a síndrome da falência agrícola, quando deveríamos estar produzindo mais, para alimentar nosso povo e ajudar no pagamento de uma dívida externa cada vez mais assustadora.

Máquina burocrática continua tão ou mais emperrada do que na Velha República. E não se acuse o passado, pois a questão é de competência no presente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Avalizamos a tentativa do Governo do Paraná na questão dos produtores do Vale do Ivaí. Mas, queremos que o Governo Federal, também, se sensibilize com o resto do Estado e com o que vem acontecendo no País. Do contrário, a triste mensagem que



iniciou este pronunciamento, de um lado ou de outro, vai se confirmar em lamentável realidade."

Muito obrigado.

Concedo aparte ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado Ezequias Losso. Estamos acompanhando com atenção o seu pronunciamento e queríamos parabenizá-lo por trazer a esta Casa um dos mais sérios problemas que o Brasil vive hoje. Já se foi o tempo, Deputado, e que ainda, mesmo através de engano, dizia-se que as prioridades do Governo eram a agricultura, a educação. Hoje, os nossos governantes, principalmente os da área federal, têm como sua preocupação maior a dívida externa, tentando acertar com os banqueiros internacionais a solução do Brasil.

Acredito que Vossa Excelência traz com bastante certeza e bastante validade esse seu pronunciamento, para que os Parlamentares desta Casa tomem realmente ciência do que vem ocorrendo hoje, em nosso País. E, este que é essencialmente agrícola, tem que ter as suas idéias voltadas em primeiro lugar para a agricultura e para a educação; o resto seria para o segundo plano, o que não acontece hoje no Brasil.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, que tem também defendido com brilhantismo, toda a nossa região e os agricultores nesta Casa.

Com muito prazer, concedo o aparte ao nobre Líder da Frente Liberal, Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado Ezequias Losso, Vossa Excelência aborda um assunto da mais alta importância no Estado do Paraná. Vossa Excelência referiu-se, especificamente, à solução que procura o governo do Estado, dar aos lavradores da região, não só do Município de São João do Ivaí, como dos municípios dos arredores.

No refinanciamento e no empréstimo, na condição então, qualquer que seja, para que aqueles cento e tantos agricultores, não tenham também, a mesma sorte que seus amigos, que antes tiveram que vender pequenas propriedades, para pagar seus débitos; isto em virtude das intempéries e outros fatores.

E Vossa Excelência, além de São João do Ivaí, que é uma região de terra roxa, uma das terras mais férteis do Brasil, produtora de soja, trigo e milho basicamente, Vossa Excelência, refere-se hoje, em seu discurso com a apreensão significativa ao município de Altônia, porque ele é

essencialmente produtor de café. E no Noroeste também, onde a nossa economia básica é a pecuária, em alguns municípios, na minha região particularmente, sericultura, do bicho-da-seda, lá também as terras desvalorizaram-se, desvalorizaram Cz\$ 200.000,00 por alqueire e estão sendo vendidas a Cz\$ 100 mil, 90 mil, 80 mil o alqueire.

Então Vossa excelência, fala sobre um quadro dramático. Não podemos também ficar responsabilizando somente o Governador, porque é um problema de ordem nacional, mas Vossa Excelência, vem à Assembléia para falar do clamor dos paranaenses e sem dúvida alguma esperamos que tenha eco no Governo Federal, para que se dê recursos a nossa rede bancária, ao Governo do Estado, a fim de possibilitar a tantos outros agricultores, destino diferente do destino daqueles primeiros, em São João do Ivaí, que tiveram que vender os seus bens.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que veio enriquecer o nosso pronunciamento, e a sua posição nobre Deputado, somada à manifestada por vários Parlamentares, sem dúvida, deverá ser ouvida pelos setores competentes, para que a agricultura paranaense e a agricultura brasileira venham a ser redimida.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli, no Horário da Liderança do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, colegas Parlamentares, desta Casa, demais presentes neste dia de hoje.

Circulou pela cidade no dia de hoje, um jornal publicado pela Federação do Bancários do Estado do Paraná, que tem o título em vermelho, que diz, "Chega de Corrupção". Fomos ver o conteúdo deste jornal, o qual tem uma grande importância para esta Casa de Leis e de todos os seus integrantes.

São denúncias, que pelo menos, vêm preocupar a muitos e devem chamar a atenção de outros.

Gostaria de citar alguns pontos que estão denunciados neste Jornal, que circulou no dia de hoje.

O Jornal diz o seguinte: Que durante uma reunião, com a Presidência do Banco do Estado do Paraná, Senhor José Carlos Finardi, o mesmo garantiu que qualquer demissão passaria, obrigatoriamente, pela Comissão de disciplina com amplo direito



de defesa e recurso para os seus funcionários.

Noticiou o Jornal, no entanto que todas as demissões verificadas até agora, envolvem apenas funcionários de baixos salários e sem direito de defesa e ou a recursos.

Para nós, continua o Jornal, moralizar significa acabar com a corrupção, e, devemos evitar que continue a ser um "baú da felicidade dos corruptos". O Banco do Estado está sendo obrigado a deixar que prossiga o "baú da felicidade dos corruptos" e na sequência o mesmo Jornal cita vários escândalos denunciados pela Federação dos Trabalhadores Bancários do Estado do Paraná.

Cita o escândalo do Pinheirão, do Grupo Atalla, o do Brasilinvest, e também aquele que foi denunciado nesta Casa, sendo desaquecido em nome do sigilo bancário, o escândalo da Trol-Hering, do Banco Del Paraná, e sem contar outros, que denunciaremos aqui nesta tribuna, dos empréstimos favorecendo ao Prefeito de Guarapuava, dos cem milhões que correm solto do Banco do Paraná, de Pontaporã, para cobrir o escândalo dos dólares e outros que circulam soltos por aí.

Em momento algum, diz o Jornal, os responsáveis por esses escândalos responderam a inquéritos administrativos, para apurar responsabilidades. Fala-se, também, de um novo escândalo, que envolve o Senhor Zarur, que segundo o Jornal é o mesmo do escândalo dos dólares do Banco Del Paraná, do Paraguai.

Comenta, também, da vista grossa que a Diretoria de Recursos Humanos faz, para o caso de Darci Caetano da Costa, ex-Diretor aposentado e representante do Banco do Estado em Nova York, que para não fazer nada, recebe por mês doze mil dólares do BANESTADO, isto é, o valor de trezentos e trinta mil cruzados no câmbio oficial.

O Jornal fala mais, que os trabalhadores bancários estão aguardando a Comissão de alto nível, que congrega representantes de entidades sindicais, para apurar estas responsabilidades. Aguardam, também a auditoria financeira, dentro da Associação dos funcionários do BANESTADO, que recebe recursos e tem um limite de quarenta e cinco mil, sendo que alguns receberam até um milhão de favorecimento.

Espera-se também, uma CPI da Assembleia Legislativa, pois o interesse do povo está sendo colocado em jogo no BANESTADO e se aguarda a volta dos quatorze funcionários que foram demitidos sumariamente naquele estabelecimento bancário.

Então, essas são algumas denúncias que a Federação dos Bancários do Paraná, através do referido jornal, publica no dia de hoje.

Concedo o aparte ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Nobre Deputado, primeiro, quero agradecer o aparte e fico contente porque esse sobrenome Barbosa muito me honra, é o nome que venho levando na política do Paraná, há muito tempo com muita seriedade e honradez.

Gostaria de dizer ao nobre Deputado que algumas destas denúncias têm fundamento. Estamos curiosos querendo saber sobre o caso do "escândalo dos dólares do Paraguai". Ontem, fomos pegos de surpresa quando ouvimos falar das demissões da Diretoria do BANESTADO, dois nomes conhecidos em toda a nossa região, pessoas que vêm prestando um trabalho há mais de vinte anos no Banco do Estado e que estamos aguardando inclusive informações, porque até agora nada temos que prove os fatos que ensejaram as demissões dos dois diretores, Valmor Pícolo e Valter Senhorinho, não cito o nome do outro porque não o conheço. Ainda temos dúvidas, porque sabemos de outros assuntos dentro do BANESTADO. O que Vossa Excelência cita e que está no jornal, gostaríamos de ter conhecimento, porque estamos aqui, para apoiar e aplaudir as coisas certas, mas, também para denunciarmos e criticarmos os erros que já surgiram e que poderão surgir da parte de elementos que compõem o Governo do Estado hoje.

Agora indagaria a Vossa Excelência uma das coisas que me surpreenderam que desconhecia, e digo que até mesmo não o vi em outros jornais, que é "escândalo Trol-Hering." Vossa Excelência poderia nos dizer qual é o escândalo?

O SR. PEDRO TONELLI - Com muito prazer.

Gostaria de dizer ao nobre colega que um parlamentar nesta Casa denunciou com provas, pediu providências, quanto à fraude, o favorecimento do BANESTADO com relação ao grupo Hering-Trol. Foi o Deputado Luiz Alberto Oliveira, que deve estar de posse de todos os documentos, porque no momento ele estava com o pacote embaixo do braço.

O que lamento foi o procedimento adotado no dia, quando o Líder da bancada do PMDB, simplesmente refutou, em nome do sigilo bancário e em nome de uma postura, dizendo que no passado o Governo não dava explicações, e por isso o de hoje não deve dar explicações. Acho que, realmente, houve absurdos nos governos do passado e que eles não davam explicações. Agora, estamos aqui nesta Casa investidos de um novo compromisso, e se não aconteceu no passado, de agora em diante devemos exigir cada vez mais que se torne cada vez mais público,

cada vez mais esclarecido, tudo o que acontece com relação ao setor público.

O sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência permite-me um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, meu tempo está esgotado.  
Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado nobres colegas.

O Sr. Nilton Barbosa - Só para concluir, eu queria agradecer.

O SR. PEDRO TONELLI - Há o Horário da Liderança do PMDB que está à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente e Senhores integrantes desta Casa de Leis. Ouvia atentamente os Parlamentares que me antecederam e realmente gostaria de destacar que já se foi o tempo em que, mesmo através do engano neste País, a agricultura, a educação, eram metas prioritárias. Escoou-se o tempo também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em que neste País se pensava em eleições diretas para Presidente.

Desta mesma tribuna, condenamos a atitude do atual Ministro Dante de Oliveira, que hoje se posiciona contra as eleições diretas. No País, porque também está favorecido pelo cargo que ora ocupa.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que realmente assusta são as manchetes que os jornais trazem hoje à estampa e que podemos observar. Realmente, quando o Presidente do PMDB, Dr. Ulysses Guimarães, mostrava-se contrário, radicalmente, às eleições diretas para Presidente, podemos dizer que neste País nem sequer mais eleições para aquele cargo se pretende fazer a curto prazo, ou tão logo se encerre a Constituinte.

Passa despercebida por esta Casa, a crise que vive o País hoje, em todos os aspectos. Após o término do Plano Cruzado, nunca mais se ouviu falar em inflação pequena ou em retomada de crescimento; nem tampouco nos mesmos níveis de emprego neste País.

O que se ouve hoje muito, é a preocupação, como disse, com a dívida externa deste país, com algo que a própria Casa, através do Líder do Partido Maior, mencionou que é preciso negociar.

Mas, Senhores Deputados, há pouco tempo também nesta tribuna o Deputado Alexan-

dre Ceranto posicionou-se a respeito das empresas e a respeito do BADEP. O BADEP, para mim, deveria ser mais transparente em suas transações comerciais. Por isto, voltamos a protestar desta tribuna. O Banco de Desenvolvimento do Paraná é um banco que precisa ser mais fiscalizado por esta Casa e não se escondendo aquilo que pratica.

Também, ouvimos quanto às multinacionais, um mal necessário. Precisamos um maior controle destas empresas que o Brasil tanto precisa. É o único meio, controlar estas empresas no Brasil e fiscalizar os órgãos do Governo dentro desta Nação.

Ontem, tivemos aqui, também, a denúncia de muitas irregularidades contidas na área do Governo Federal. Encontramos hoje, mais pessoas desacreditando daquilo que foi pregado pelo Partido Majoritário no País. Esperamos que o PMDB, como o Partido que controla hoje esta Nação, que tanto defendeu há poucos dias em palanque, volte a defender as eleições diretas, tão logo termine a Constituição que está em elaboração. Só assim haverá menos pressão ao Governo Federal. Somente um governo emanado do povo, legítimo, tem condições de superar as crises. E a crise nacional é a maior já enfrentada por este País.

É preciso deixar de lado as questões que nada trazem ao engrandecimento de nosso País e voltar às ruas, para que as eleições diretas sejam consagradas em nosso Brasil.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, para comunicação à Casa ...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, gostaria de esclarecer ao Deputado do PT que a Bancada do PMDB aprovou o pedido de informação do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência agradece a lembrança do nobre Deputado José Felinto e concede a palavra ao Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - (Lê): Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"O editorial de um jornal do Rio de Janeiro, divulgado amplamente neste último final de semana em todo o Brasil, acusou de insensatos a todos aqueles que defendem

as eleições diretas para Presidente da República, antes do prazo de seis anos estabelecidos na atual Constituição.

Insensatos, segundo o jornal, porque estariam defendendo um golpe branco sobre a Nova República.

Será que este diário tem razão Senhores Deputados?

Será que este órgão de imprensa, por sinal, o mesmo que combateu a memorável campanha das "Diretas-Já" e a emenda Dante de Oliveira, não está sendo um pouco pretensioso?

Será que a maioria do povo brasileiro que hoje, já se mostra favorável a um encurtamento do mandato do Presidente Sarney é insensata, enquanto apenas os editoriais do jornal são lúcidos e consequentes?

Será que boa parte das lideranças políticas nacionais são golpistas, enquanto apenas os proprietários deste jornal são sensatos e democratas?

Na verdade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, acredito que este órgão de imprensa, assim como todos aqueles que se aferram com unhas e dentes ao mandato de seis anos para o Presidente Sarney, confundem conceitos bem distintos: a legalidade e a legitimidade. E não percebem, também, as diferenças básicas entre um Governo transitório e um governo estável e consolidado.

Esquecem-se, inclusive, que o próprio Presidente Tancredo Neves, independente do que estabelecia a Constituição, por sinal questionável e ultrapassada, não fechava questão sobre a duração de seu mandato, pois considerava corretamente que o seu governo teria como característica a transição.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, as ameaças deste jornal só podem cair num completo vazio, pois são infundadas.

Por outro lado, Senhores Deputados, não é nossa intenção questionar a legalidade do mandato de José Sarney. Sua eleição foi legal e representativa dos anseios de mudanças que a sociedade brasileira apresentava naquela conjuntura. Mas, todos tinham a clareza que seria apenas um governo que prepararia o caminho para uma democracia plena.

Portanto, não se faz aqui uma autocrítica do apoio que demos a José Sarney e à Nova República. Muito pelo contrário, com a Nova República a sociedade avançou. Conseguimos as liberdades sindicais e políticas, inclusive a eleição da Assembleia Nacional Constituinte. Recuperamos, em parte, a soberania nacional, antes deixada praticamente de lado. E melhoramos o desempenho da economia, mesmo com a persistência da crise.

Entretanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, está evidente que o Governo José Sarney está chegando ao seu limite. As evidências são várias. O Executivo não tem mais força para um tratamento adequado da dívida externa. A economia interna dá mostras que se aproxima uma recessão. As Reformas exigidas pela sociedade estão praticamente emperradas, como a Reforma Agrária, a Reforma Administrativa e a Reforma Tributária, por falta de decisão política do Governo Central.

O próprio Presidente José Sarney apresenta completa desorientação. Não consegue se impor como liderança nacional e não tem qualquer controle da situação. Chegamos ao ponto do ex-Ministro da Fazenda Dilson Fumaro, afirmar que tentou durante dez meses colocar na rua um funcionário corrupto e não conseguiu. Chegamos ao ponto do Presidente não conseguir indicar seus Ministros, como no episódio da substituição dos Ministros da Fazenda e da Casa Civil. Episódio que, por sinal, deixou à mostra toda a impotência do Chefe do Executivo.

Os reflexos dessa situação são evidentes.

A sociedade volta novamente a clamar por mudanças.

O Jornal "Folha de São Paulo" em pesquisa publicada na última sexta-feira, averiguou que 72% dos paulistanos querem eleições diretas para presidente no máximo até 1988. O "Correio de Notícias", de Curitiba, na sua edição do último domingo mostrou também que nesta Capital o anseio é pelas diretas em 1988.

Além disso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Presidente José Sarney conseguiu a proeza de desagradar aos dois componentes da Aliança Democrática que lhe dão sustentação no Congresso Nacional, o PMDB e o PFL. Os Senhores Senadores e Deputados constituintes de nosso Partido, o PMDB, na sua maioria já estão convencidos da necessidade do encurtamento do mandato do Presidente.

Os próprios órgãos da imprensa internacional questionam a liderança de José Sarney, a exemplo do "Financial Times" que reconhece a fraqueza política do Presidente afirmando que o mesmo herdou o poder através de um acidente histórico, a morte de Tancredo Neves.

Outro fato a se considerar, Senhores Deputados, é que a persistir o atual quadro político, sem a definição da data da realização das eleições, esta questão acabará por prejudicar os trabalhos da Constituinte, e isto é grave porque as diretas, que é um fato conjuntural, acabará sobrepondo-se à Constituinte que deve ser duradoura e acima de questões conjunturais.

Por todos estes motivos, Senhor Presi-

dente e Senhores Deputados, é urgente a definição da data da realização das eleições diretas para presidente. Particularmente, defendemos a sua realização em 1988, e acreditamos que esta posição reflete o desejo da maioria dos paranaenses.

Era o que tínhamos a dizer."

(termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 298/86, que denomina de Manoel Lustosa Martins, o trecho da rodovia BR-280, entre Palmas, Clevelândia e Pato Branco. Aprovado. (Public. no DA. n. 158 de 20.12.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 02/87 (Mensagem n. 18/87 - ex-Proposição n. 28/87), que aprova Termos de Revigoração de 28/11/86, dos Convênios celebrados em 26/06/85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao Projeto Especial de Mobilização Energética - PME/PR. Aprovado. (Publ. no DA. 16 de 17.03.87)

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 32/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 32/87), que dispõe sobre a Reforma Administrativa dos órgãos do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.R.H. Com EMENDA da C.C.J., EMENDAS DE PLENÁRIO e EMENDA enviada pelo Senhor Governador através da Mensagem n. 36/87. Com EMENDA DE 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Vossa Excelência colocou em Discussão a Emenda ou o Projeto?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Iremos colocar em votação as Emendas de 3.<sup>a</sup> Discussão.  
Em votação a Emenda n. 1...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -  
Em votação a Emenda n. 1. APROVADA.  
Em votação a Emenda n. 2. APROVADA.  
Em votação a Emenda n. 3. APROVADA.  
Em votação a Emenda n. 4. APROVADA.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

20/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 27/87), que autoriza o Poder Executivo doar à Associação Comercial e Industrial de Engenheiro Beltrão, o imóvel constituído pela data n. 16, da quadra n. 36, com área de 779,80m<sup>2</sup>, localizado naquele Município, conforme matrícula n. R1/7.600, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 03/87 (Mensagem n. 06/87 - ex-Proposição n. 016/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 18/11/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, e o Município de Medianeira, objetivando a execução de um plano de fomento à agropecuária naquela municipalidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 04/87 (Mensagem n. 12/87 - ex-Proposição n. 022/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e as fundações de ensino superior adiante mencionadas, nas datas e com os objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 05/87 (Mensagem n. 13/87 - ex-Proposição n. 023/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de Doutor Camargo, Porto Rico, Céu Azul, Toledo, Umuarama e Ponta Grossa, nas datas e com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 06/87 (Mensagem n. 15/87 - ex-Proposição n. 025/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 29/10/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 39/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANDIRITUBA - APAE", com sede e foro na Cidade de Mandirituba. Com PARECER

FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 31 de 09.04.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 039/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Annibelli, que objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANDIRITUBA", com sede e foro na cidade de Mandirituba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

<sup>a</sup> 1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 07/87 (Mensagem n. 16/87 - ex-Proposição n. 026/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 26.01.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

<sup>a</sup> 1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 08/87 (Mensagem n. 20/87 - ex-Proposição n. 30/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e outras Secretarias e órgãos estaduais nele especificado, e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBATUR, objetivando a execução conjunta da Política Nacional de Turismo. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Françoso, ocorrido no dia 03 de maio do corrente ano, no município de Paçandu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Domingos Bat-

tiston, ocorrido no dia 27 de abril do corrente ano, no município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à nova Diretoria da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - ACAM-SOP. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, encarecendo o reajuste dos valores pagos aos representantes da previdência social na área urbana e rural. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo que seja proposto ao Poder Legislativo a alteração da organização e divisão judiciária do distrito de Entre Rios, município de Marechal Cândido Rondon. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a construção de uma Delegacia de Polícia na sede do Distrito de Campina do Simão, município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a um microônibus para o município de Tibagi, para o transporte de escolares. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Presidente da República e ao Ministro da Indústria e do Comércio, encarecendo a não extinção do Instituto Brasileiro do Café, no município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica nas localidades de Vila Formosa, até a divisa com o município de Maria Helena, e a localidade de Jardim Indo-Ivaí, no município de Douradina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica no município de Maria Helena, até a divisa com

o município de Douradina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Câmara Municipal de Uraí, pela realização do Encontro dos Vereadores, que se realiza nesta data, visando a criação da Associação dos Vereadores dos municípios que integram a UMUNOP. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica do Trecho da PR-151, entre o município de São Mateus do Sul a Três Barras. Em discussão. Em votação.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo medidas para equipar e melhorar as condições de trabalho na Delegacia de Polícia do município de Francisco Alves. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo seja efetuada sindicância no Colégio Estadual Leonardo da Vinci - Ensino de segundo grau, no município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica do trecho Roberto Silveira ao município de Xambrê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Uraí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial intitulado "O Humilhado Trabalhador", publicado no Jornal "Folha de Londrina". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se

publicada no final desta sessão).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, visando informações a respeito da atual situação de dezesseis mil e quinhentos professores de primeiro grau, conveniados junto às prefeituras municipais, e em especial em Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica no trecho de Perobal a Alto Piquiri, dentro do Plano rodoviário deste semestre. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à "AECIAR"- Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Araucária. Em discussão. Em votação.

UM SR. DEPUTADO- (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Juvenal Pedro Cim, pela sua reeleição a Presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de difusão Cultural e Artísticas do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica ligando a PR-487, à Rodovia Ligação Altônia à Iporã, pela estrada Ouro Verde, passando pela localidade de Pé de Galinha. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo a doação de agasalhos para as crianças carentes da Creche Nossa Senhora de Fátima, no município de Nova Cantu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo a doação de agasalhos e cobertores para as crianças da Creche Nossa Senhora



de Fátima, no município de Nova Cantu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a criação de ensino de segundo grau no município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a transcrição nos anais desta Casa, das matérias intituladas "Oposicionistas Denunciam o Terror Contra Funcionários" e "AL Recebe "Sinal" do Palácio e Aprova Emendas", publicadas, respectivamente no "Jornal do Estado", e "O Estado do Paraná", respectivamente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, a fim de viabilizar a ligação do município de Kaloré à Rodovia do Milho, passando, de um lado pelo Rio Itacolomi e de outro pelo Rio Kaloré, Distrito de Jusaiara, onde bifurca até São Pedro do Ivaí, divisando com o município de São João. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Educação, Secretário de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e Secretário das Finanças, encarecendo o congelamento das mensalidades do segundo semestre do corrente ano, nas Universidades Estaduais do Paraná, nos Municípios de Maringá, Londrina e Ponta Grossa. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação e do ensino Superior, Ciências e Tecnologia, encarecendo melhorias no campus da universidade Estadual de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, consubstanciado em apoio à Campanha de prevenção e combate à praga denominada "Bicudo do Algodoeiro". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, aos Senhores Governador do Estado e Secre-

tário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica que ligará os municípios de Paigandu e Ourizona. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de cumprimentos à Sociedade Rural de Maringá, pelo sucesso obtido na realização da 15.<sup>a</sup> EXPOINGÁ. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, a fim de viabilizar o aumento para doze do número de policiais destacados para a Delegacia de Polícia do município de Sarandi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de cumprimentos ao Senhor Presidente da MICROMAR (Associação dos Microempresários de Maringá), pelo recebimento do "Troféu Incentivo", concedido pela Sociedade Rural de Maringá, na 15.<sup>a</sup> EXPOINGÁ. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem)- Sobre a mesa consta discurso de autoria deste Deputado, dando posicionamento de nossa Bancada, com relação à tramitação da Mensagem do Senhor Governador, que propõe a Reforma Administrativa do Paraná. Requeiro a Vossa Excelência, fazer inserir na Ata dos trabalhos desta sessão o discurso que pronunciaria da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Vossa Excelência será atendido, nobre Líder do PFL.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

"Grandes dificuldades enfrentadas hoje pelos brasileiros, têm, também, as suas raízes aprofundadas nos Estados e nos Municípios.

A grave enfermidade que está debilitando o organismo da União, enfraquecendo a confiança e a credibilidade nos Governos, é uma complexa simbiose de perdularismo com os dinheiros públicos, obras faraônicas, mordomias, corrupção, impunidade, empreguismo, proliferação de marajás em todos os níveis de poder, além da sinistra aliança entre ineficiência, ineficácia e incompetência.

Esse mal contagiante está se alastrando por todo o País, atingindo, com virulência, os organismos públicos nos mais diversos escalões.

A doença se amplia com o acréscimo da propaganda abusiva e mentirosa, regamente paga com o dinheiro arrancado do bolso va-



zão do contribuinte, que sustenta a demagogia desenfreada de figuras bisonhas, ocas e vazias, preocupadas apenas em projetar imagens políticas falsas, mas que produzam algum crédito interno ou externo para satisfação da vaidade pessoal e de interesses oportunistas.

Estupefato diante de tanta insensatez e insensibilidade que desfilam nos vídeos de um País que tem, segundo a CNBB- trinta e seis milhões de menores abandonados, numa população de cinquenta e sete milhões de brasileiros com menos de dezesseis anos de idade, o cidadão desta terra vê como a administração pública está erudita e constata o grande escândalo em que ela se transformou, aumentando o fosso que está distanciando o cidadão brasileiro dos detentores do poder.

A democracia brasileira mais parece um covil, do que um regime de governo que se alicerça no primado do direito e na supremacia da Lei, tendo por ilação o exercício da função pública com dignidade.

Infelizmente, os exemplos contrários é que proliferam pelo País afora. O reino dos Marajás não é apenas em Alagoas. Eles estão encastelados por todos os cantos, inclusive neste nosso Paraná, conforme o admitiu publicamente o Senhor Governador do Estado, em discurso perante mais de duas centenas de Prefeitos, no Palácio Iguazu. Eles vicejam tal qual ervas daninhas que acabam por ocupar todos os espaços, volumosos e engordados pelas benesses de governos, tanto municipais como estaduais, aos quais não ficam circunscritos, contaminando todas as áreas.

Estamos presenciando a época da deformidade de Governos e de Poderes.

Disso decorre a necessidade de uma terapia intensiva para curar tantos males, males comuns ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário.

Para tanto, é preciso começar a empreender a grande batalha de recuperação da dignidade da função pública, com a prevalência do coletivo sobre o individual.

É preciso que os trabalhadores se submetam à verdade democrática de que devemos servir às instituições e não transformá-las em instrumentos de manobras a serviço de interesses que atentam contra a construção de um sistema político e social justo. É preciso atuar com integridade e dignidade. É hora de mudar. Sejamos dignos dessa decisão.

Começemos pela iniciativa de ajustar os interesses do cidadão com o poder estatal.

E neste momento, Senhor Presidente e nobres Senhoras e Senhores Deputados, o Paraná propicia um campo fértil onde poderia prosperar uma iniciativa destinada a modificar a estrutura da sua organização

estatal.

O Paraná estaria disposto a mudar a engrenagem do Estado, construindo uma nova máquina, que não enguice no caminho do atendimento dos interesses do cidadão e na prestação de serviços que ele reclama, para completar esforços desenvolvidos na busca para construção de nosso progresso e desenvolvimento.

Duas alternativas foram colocadas diante do Governo: reformar ou modernizar. A primeira seria reformar o que aí está - e que já demonstrou estar obsoleto; que não corresponde às necessidades atuais; está cheio de vícios e deficiências. Reformar seria restringir-se a um conceito reduzido à descrição de um conjunto de fenômenos mais restritos.

Estudiosos de administração ensinam que a expressão "Reforma Administrativa" seria reservada ao conjunto de medidas destinadas à racionalização de estruturas, processos e meios com o fim de melhorar o desempenho interno de uma organização, segundo o professor Aluizio Loureiro Pinto, que ministrou cursos em Curitiba, por iniciativa da Secretaria de Planejamento.

A segunda alternativa seria modernizar- isto é, construir a nossa moderna máquina administrativa, ágil, dinâmica, ajustada à nossa realidade, livre dos resíduos de colônia, flexível para o seu aprimoramento, eficaz nos resultados, que deverão ser alcançados sob a óptica do melhor interesse do cidadão, sob a fiscalização do Poder Legislativo. A Bancada de Deputados do PFL optou pela modernização administrativa, por entender que a modernização é um processo mais abrangente, pelo qual são introduzidas mudanças normativas em áreas institucionais de atividade Governamental e que geram a necessidade de criação ou reformulação de estruturas organizacionais, processos de trabalho, atitudes e comportamentos.

É o próprio Professor Aluizio Loureiro Pinto quem estabelece a diferença entre Modernização e Reforma: A Modernização seria um processo mais abrangente, horizontal, ligado a mudanças em áreas institucionais amplas, enquanto que a Reforma é um processo mais restrito, através do qual as instituições procuram mudar suas estruturas, processo de trabalho, atitudes e comportamentos com o fim de melhorar seu desempenho interno.

A Reforma seria, portanto, um processo vertical, confinado a uma determinada entidade.

O Governo do Paraná, optou pela Reforma, segundo diz o Governador do Estado em sua Mensagem n. 32/87, de 31 de março último, que encaminhou o Anteprojeto de Lei em fase final de tramitação nesta Casa, "Dispondo sobre a Reforma Administrativa

dos Órgãos do Poder Executivo". Na verdade, o Governo Estadual acabou por estabelecer uma grande confusão, pois ora fala em Reforma e ora apela para a Modernização, quando se trata de criar uma imagem perante a opinião pública do Estado e do País, através da Propaganda massificante.

O anteprojeto de Lei de iniciativa do Executivo é uma reforma de fachada, que, ao invés de enxugar a administração estadual - como vêm insistentemente afirmando o Governador e os seus porta-vozes, na realidade, vai encharcar o serviço público, criando mais Secretarias de Estado, mais Fundações, mais Autarquias, mais Coordenadorias, mais Assessorias, mais Cargos em Comissão altamente remunerados, mais Mordomias, enfim uma espécie de Arca de Noé para abrigar centenas de privilegiados usufruários do Poder, engajados no Governismo, numa época em que se reclama austeridade nos gastos públicos para combater a inflação que está penalizando os brasileiros e corroendo os valores da Nação.

Reforma de fachada que esconde o castelo que abrigará sessenta e três novos Marajás do Serviço Público - que é o total de cargos criados pela proposta Governamental. Os seus defensores haverão de dizer que serão extintos cinquenta e seis cargos. De que adianta isso, se serão criados outros sessenta e três cargos de maior remuneração? Se serão mantidos todos os cargos criados pela Lei n. 6636, de 29 de novembro de 1974? Se serão mantidos todos os duzentos e onze cargos em comissão, criados no Governo Richa pela Lei n. 8002, de dezembro de 1984? Observem bem os Senhores Deputados: mantidos todos os duzentos e onze cargos em Comissão criados na estrutura da Governadoria. Basta acentuar que desses duzentos e onze cargos, cinquenta e três são de assessores, todos com remuneração DAS, o que demonstra que os Marajás estão, também, no Palácio Iguaçu, e o Governador não propôs a extinção de sequer apenas um desses cargos. Ao contrário, Sua Excelência quer mais assessores, conforme o Anteprojeto de Lei em final de tramitação: são mais trinta e um assessores, todos com alta remuneração, além de seis Secretários de Estado Especiais. Somados aos duzentos e onze cargos de assessores, já existentes na Governadoria, o Senhor Álvaro Dias, terá duzentos e quarenta e oito assessores só na Governadoria. Cabe acrescentar que, pela Lei n. 7041, de 21 de novembro de 1978, foram criados na subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil, mais três cargos de assessor técnico, símbolo DAS-4 e elevada a simbologia dos cargos de Diretor da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça e os de Assessor Técnico Legislativo,

Assessor Técnico Administrativo e Assessor Técnico Jurídico, da subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil. Com os três cargos criados e mais todos os agora propostos pelo Governador e os já existentes, o Governador Álvaro Dias contará com nada menos que duzentos e cinquenta e um Assessores e ocupantes de Cargos em Comissão, só na Governadoria, só no Palácio Iguaçu, o que tornará provavelmente, o atual Governador Paranaense no Príncipe, senão no Rei, dos Governadores Brasileiros, em matéria de Assessoria.

Não satisfeito com isso, vem o chefe do executivo propor a criação do cargo de Assessor Especial de Governo.

Para que servirá esse assessor?

Segundo a mensagem governamental, para fazer aquilo que já está sendo feito pelos Secretários de Estado. Logo, o que sobressai e se comprova é a desnecessidade da criação do novo cargo. A não ser que precisemos ter no Palácio Iguaçu, o rei e o príncipe...

Porém, como estamos em tempos de Nova República e não de monarquia, apresentamos emenda supressiva no que se refere à criação da estranha figura placiana de Assessor Especial de Governo, que mais parece um Governador paralelo. Emenda que a maioria governista nesta Casa preferiu simplesmente ignorar!

Outro aspecto a considerar na "Reforma Administrativa" proposta e que deveria ser, insisto nisso, modernização, está relacionado com a criação de seis cargos de Secretários Especiais.

Segundo a Mensagem Governamental, terão a incumbência de coordenar ação a cargo de Órgãos e entidades do Poder Executivo, no tratamento de assuntos ou setores de relevante interesse do Estado.

Se vão coordenar, seria melhor criar Coordenadorias do que Secretarias Especiais, que reclamam estrutura mais ampla. Porém, nem Coordenadorias seriam necessárias porque assuntos ou setores de relevante interesse para o Estado devem ser coordenados pelas Secretarias já existentes, ou por acaso não é essa a função delas? Suprimindo a proposta de criação das Secretarias Especiais estaríamos evitando a superposição de tarefas, paralelismos de autoridades e dispersão de recursos públicos. Mas, também, aqui, prevaleceu, uma vez mais, a força da maioria governista nesta Casa!

De outra parte, propusemos a ampliação do âmbito de ação da Secretaria de Comunicação Social para decidir sobre as campanhas publicitárias propostas pelos Órgãos da Administração Direta e Indireta e a elaboração das mídias técnicas para divulgação nos veículos de comunicação social. Com isso, procura-se evitar a dispersão de

recursos e o paralelismo de ações. A Secretaria de Comunicação Social deve dirigir as campanhas publicitárias para o sentido educativo, abolindo essa prática condenável de promoção pessoal de governantes e administradores. Foi esse o objetivo da emenda que propusemos, mas que o PMDB também fulminou.

É preciso coibir o empreguismo desenfreado que se alastra em todos os níveis do Poder. É nos Estados, nos Municípios, no Legislativo, no Judiciário, nas empresas públicas nas Fundações etc... É preciso, também, acabar com formas de favoritismo e impedir as manobras para novas contratações. Com esse objetivo, é que propusemos a emenda estabelecendo que a contratação de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, dependeria da existência de vaga e de aprovação prévia em testes de seleção pública ou em concurso público de provas ou de provas e títulos, cuja realização seria antecedida de ampla divulgação pela Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Isto porque devemos assegurar a todos os brasileiros a possibilidade de acesso aos cargos públicos, em igualdade de condições, sem favoritismo político, mas sim pelo sistema de competência e mérito.

Cabe ressaltar que a Emenda proposta pela liderança do PFL estabelecia que só poderia contratar pessoal o órgão da administração direta ou indireta que contasse com quadro de pessoal aprovado por lei.

Afinal, é hora de coibir os abusos na contratação de pessoal, especialmente nos período que antecedem as campanhas eleitorais.

Igual sentido tinha emenda apresentada pela liderança do partido dos trabalhadores nesta Casa, quando impunha a obrigatoriedade da publicação anual de relação contendo as demissões e as admissões no Estado.

Em vão, porém, pois uma vez mais o PMDB viu inconstitucionalidade em medidas altamente moralizadoras fazendo prevalecer a vontade da maioria.

Quanto à fixação das regiões administrativas, os Deputados do PFL adotaram a posição em favor do fortalecimento do Legislativo, propondo que seriam fixadas por lei, as regiões administrativas facilitadoras do processo de descentralização e interiorização da Ação Administrativa das Secretarias de Estado.

A Bancada do PFL propôs emenda no sentido de que os atos administrativos que externem tomada de decisão ou gerem obrigações para o governo se revestiriam de forma especial e seriam publicados no Diário Oficial do Estado, obrigatoriamente. Mostrando-se avesso à publicidade essa, sim, necessária de tais atos, o PMDB tam-

bém negou aprovação a mais essa emenda.

Os Deputados do PFL propuseram, também, a extinção do escritório de representação do Paraná no Rio de Janeiro, denunciado pela imprensa local, especialmente pelo Jornal "O Estado do Paraná" como cabide de empregos.

Propusemos a extinção de cargos propostos pelo Governador, que já tem duzentos e quatorze Assessores e quer ter duzentos e cinquenta e um, um verdadeiro escândalo de empreguismo no Palácio Iguaçu. Duzentos e cinquenta e um Assessores para o príncipe. É muito escárnio perante a opinião pública paranaense. É muito escárnio diante da miséria e da fome que rondam milhares e milhares de menores desamparados que perambulam pelas ruas das cidades, como mostra viva da indiferença e da insensibilidade daqueles que estão traindo as juras, promessas e compromissos de campanha eleitoral.

Propusemos que a remuneração mensal dos dirigentes de autarquias, empresas de economia mista, empresas públicas e fundações fosse fixada pelo Governador, AD REFERENDUM da Assembléia Legislativa, para coibir a distribuição de benesses e apaniguados políticos.

O Partido da Frente Liberal propõe, enfim, mais de vinte emendas para consertar, corrigir, aperfeiçoar e até mesmo aprofundar a "Reforma da Fachada" encaminhada pelo Executivo para deliberação da Assembléia Legislativa. Atuamos impulsionados pelo programa partidário e pelo propósito de contribuir para tão importante legislação sobre as relações Estado-Cidadão. É que o PFL é um partido novo. Com idéias novas com propostas sérias com doutrina e programa perfeitamente definidos e identificados com as aspirações do nosso povo. O PFL é um centro de debates, análises, discussões, reflexões, busca de propostas e soluções.

O PFL é um partido moderno, voltado para o futuro. Um partido que luta pelo poder da competência, e não, simplesmente, pela competência do Poder.

Por isso, Senhor Presidente e nobres Senhoras e Senhores Deputados, estamos denunciando ao povo do Paraná a violência praticada pelo Partido Governista, majoritário nesta Casa, que resolveu atuar como rolo compressor, para esmagar os firmes propósitos de modernização da administração pública estadual, de moralização dos serviços públicos, de combate ao empreguismo, de fim do favoritismo nas admissões e contratações de servidores públicos, de eliminação de marajás, que vão continuar existindo, intocáveis e intocados, principalmente no âmbito da governadoria, de combate às mordomias, à criação de cargos de Secretários de Estado especiais apenas

para favorecer interesses políticos. O rolo compressor Governista, que não quis analisar em profundidade a Mensagem Governamental que trata da "Reforma" (que deveria ser modernização) administrativa, começou a se fazer sentir na Comissão de Constituição e Justiça, inquinando de inconstitucionais as emendas apresentadas, sem aprofundar os debates, e que culminou com a votação em bloco, pelo Plenário, em manobra que, com os demais companheiros de oposição, repudiamos e condenamos. Com isto, não pôde esta Casa, senão aprovar, ao menos discutir, para livre e soberanamente, decidir de forma ativa e independente. O que se viu foi a prevalência da força, desrespeitando-se a lei, ferindo-se o direito, violando-se as garantias constitucionais.

Mas, diante de tamanha violência, às oposições não resta caminho, senão o ingresso na justiça com representação, arguindo-se a inconstitucionalidade da lei aprovada pela maioria governista nesta Casa, o que faremos contristados, mas imbuídos do dever maior de legislar corretamente e fiscalizar o cumprimento das leis.

Senhor Presidente, desde o início nos manifestamos a favor da reforma preconizada pelo Governador do Estado, em seus discursos e pronunciamentos. Lamentavelmente, porém, a proposta que enviou a esta Casa não correspondeu as expectativas, pois não inova coisa alguma. Não combate o empregismo, não elimina os marajás, não cria condições para se por fim às dívidas do Estado. Bem ao contrário, amplia ainda mais o leque de empregos polpudos e de cargos desnecessários, fazendo inchar a estrutura funcional do Estado e, como já disse, encharcando ainda mais a administração.

E não é isso, evidentemente, o que o PFL deseja. Nossa preocupação e nosso compromisso é com a construção de uma nova e moderna estrutura e organização de Estado, no Paraná. Não sendo isto possível, não queremos que, amanhã, o povo de nosso Estado venha lançar, sobre os nossos ombros, a grave responsabilidade de não termos cumprido essa grande missão, submetendo-nos à vontade e caprichos de quem não teve a grandeza de compreender a importância do momento que estamos vivendo".

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 39/87 e dos Projetos de Resolução n. 07 e 08/87.

E uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 07, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 57, 135 e 142/87.

Marca, ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 198 e 264/86.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PAULINO DELAZERI, EM SESSÃO DO DIA 05 DE MAIO DE 1987.

#### "O HUMILHADO TRABALHADOR"

Ao assumir a Pasta da Fazenda o novo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira anunciou de imediato: o gatilho fica, referindo-se à escala móvel de salário, criada pelo Governo ao embalo do Plano Cruzado e que, hoje, se converteu em pesadelo para quem tem empregados; isto é mais o anúncio de um novo - e insuficiente - salário-mínimo devem representar os atos oficiais em homenagem ao trabalhador no dia universalmente consagrado a ele. Objetivamente falando, pouco menos do que nada.

A realidade insofismável, e que ficou bem definida nestes últimos meses, pós-fracasso do Plano Cruzado, é que o trabalho, no Brasil, continua a ser encarado hoje, como o era há pouco mais de 100 anos: coisa de escravo, algo aviltante. Gente boa, da sociedade, não trabalha, tem as mãos macias. A escravidão terminou em 1888; mas o conceito persistiu. E é só observar como, hoje, igual ao que acontecia antes do Plano Cruzado, ganha-se muito mais em dinheiro e em respeito (porque a sociedade respeita quem tem dinheiro) sem fazer nada, "aplicando", mais especulando do que trabalhando. O desrespeito vai até além da figura do trabalhador, para atingir, também, o empresário, aquele que aplica recursos para produzir alguma coisa. Basta observar as diretrizes oficiais, as medidas adotadas na política econômica, o jogo de interesses, para perceber como se desestimula a atividade produtiva. Hoje é sinal de tolice aplicar dinheiro em atividades que criem empregos ou produzam alguma coisa. Não há a segurança do rendimento de um open, de um over ou da tão propalada caderneta de poupança. Para que ter um pedaço de terra, sofrer, suar, e,

ao final, correr todos os riscos, quando o mais fácil é vendê-las e deixar o dinheiro "trabalhando"? Para que investir milhões numa indústria, ou mesmo num estabelecimento comercial, quando, sem esforço, sem medo, sem riscos, se pode ganhar 20, 30, ou 40 por cento ao mês, em alguma arapuca financeira, até garantida pelo Governo?

Além do desestímulo indireto há a carga direta. Estão aí, há anos, os famigerados encargos sociais que gravam os salários, mantidos e aprimorados pelos governos que se sucedem, sejam eles totalitários ou ditos democráticos. Quanto mais uma empresa paga a um trabalhador, mais tem de "recolher" à guisa de encargos sociais. E aí está o INAMPS, reclamando que não tem meios e inventando sempre modos de onerar quem tenha a petulância de pretender criar empregos ou pagar melhor. Pior do que a situação do empresário - que afinal, a qualquer momento, pode vender seu negócio e entrar na ciranda financeira - é a do trabalhador. Que só tem para vender o seu trabalho. Sofrendo, na pele, todos os abusos que se inventam.

O novo ministro da Fazenda, aliás, em livro publicado há algum tempo, analisando os custos da recessão a que as autoridades econômicas haviam lançado o País, mostrou discernimento ao afirmar que a carga maior de sacrifícios tinha sido lançada sobre o trabalhador. Os resultados disto foram o desemprego, o arrocho salarial, a torpe filosofia de que "é mais importante manter o emprego do que discutir o salário", que fazia com que o trabalhador pudesse morrer de fome aos poucos, com o vil pagamento que recebia. Mudou o regime, mas fora o primeiro embalo da reforma econômica - quando se dizia que o trabalho seria, finalmente, privilegiado - as coisas não se alteraram quase nada. Está aí o salário mínimo, insuficiente para uma pessoa sobreviver dignamente; está aí o gatilho, que não repõe a perda salarial do trabalhador, ainda mais porque baseado numa taxa inflacionária mentirosa e manipulada. Está aí o "imposto de renda na fonte" a morder ferozmente o trabalhador assalariado, a única vítima que não lhe escapa; estão aí os "encargos sociais" que não representam para o trabalhador nem a assistência médica decente, nem a aposentadoria condigna. Está aí o respeito ao trabalho, a admiração ao trabalhador, o preito da Nova República que, infelizmente, no que tange ao assalariado, está tão velha quanto a monarquia de antes da abolição da escravatura.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS  
ANAIIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO  
DO SENHOR DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO,  
EM SESSÃO DO DIA 05 DE MAIO DE 1987.

## "EMPREGOS PROVOCAM GUERRA DAS ZONAS DO PMDB COM A CÂMARA"

Os presidentes dos cinco diretórios zonais do PMDB se reúnem segunda-feira com a cúpula do Diretório Regional do Partido para discutir "o comportamento irregular dos seus vereadores", questionar as aposentadorias dos legisladores municipais e a contratação de novos funcionários, com salários de 20 mil cruzados mensais que foram "distribuídos a familiares". As denúncias de irregularidades abriram verdadeira guerra entre a Câmara Municipal de Curitiba e o Prefeito e agora se estende aos diretórios do PMDB de Curitiba.

Os presidentes das cinco zonas do PMDB de Curitiba lançaram ontem uma nota em que repudiam a notícia veiculada pela imprensa de que eles seriam funcionários "fantasmas" da Prefeitura Municipal de Curitiba. Segundo Lineu Tomaz, Presidente da 4.<sup>a</sup> Zonal e Secretário sem pasta do Prefeito Roberto Requião, "são notícias infamantes, que não procedem e que caracterizam revanchismo, uma reação dos vereadores às firmes posições que as presidências das zonais têm tomado, juntamente com o prefeito Roberto Requião e o Governador Álvaro Dias, no sentido de se implantar a moralização na administração pública".

Tomaz acusou a Câmara Municipal de Curitiba de "inoperante", uma Casa que ao invés de implantar leis em favor do povo, procura legislar em causa própria. "Os vereadores têm agido como meros despachantes dos, seus interesses pessoais. Não são legisladores que trabalham em prol da comunidade. Eles estão apenas acostumados com a forma tradicional de se fazer política, por intermédio do clientelismo. Os vereadores são anacrônicos".

Tomaz informou que a nota que acusa os presidentes das Zonais do PMDB de "fantasmas" da Prefeitura saiu da assessoria de imprensa da Câmara Municipal. Ele garante que, se esta procedência for confirmada, irão instaurar uma ação criminal contra o Vereador Horácio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal, por calúnia e difamação. "Se a procedência não for confirmada, então se trata de uma nota apócrifa que não merece qualquer atenção".

Indagado se não julga que um cargo no executivo municipal atrapalha o trabalho isento na presidência de uma zonal de partido, Tomaz respondeu que não, "pois são coisas bem diferentes. Antes pelo contrário, nossa participação, garante que os atos do Executivo Municipal seguem um direcionamento ideológico partidário. Seguimos as determinações do Prefeito, mas estamos sempre vigilantes quanto às nossas responsabilidades com o partido."

### REUNIÃO

O presidente da 4. Zonal do PMDB in-

formou, ainda, que na próxima segunda-feira, às 19:30 horas, as zonais terão uma reunião com a cúpula do Diretório Regional do Partido, para discutir o comportamento irregular dos seus vereadores. Os assuntos em pauta são a aposentadoria dos legisladores municipais e a contratação de novos funcionários, cujos cargos, com remuneração mensal de Cz\$ 20 mil, foram "distribuídos a familiares".

Para Lineu Tomaz a hipótese de se punir alguns dos Vereadores peemedebistas não é descartável, é "até provável. Mas, qualquer punição deve antes passar por um processo a ser encaminhado à comissão de ética do partido".

#### COMPORTAMENTO

Os presidentes das Zonais Edson Feltrin, Wilson Teixeira, Ari Stroher, Lineu Tomaz e Agenor Dias distribuíram ontem a seguinte nota oficial:

"Os presidentes dos Diretórios Zonais do PMDB de Curitiba, a bem da verdade e objetivando preservar a decência e a moralidade pública, esclarecem o seguinte:

1. Consideram infamante, caluniosa e despidada de qualquer verdade a nota publicada na imprensa de Curitiba, acusando os Presidentes das Zonais do PMDB de serem funcionários fantasmas na Prefeitura de Curitiba, bem como outras acusações descaídas e torpes, típicas de atitudes "Jus Sperneandi";

2- Tais acusações difamatórias por certo têm suas origens centradas em atitude revanchista contra a posição dos Presidentes das Zonais ao condenarem a Lei de Aposentadoria dos Vereadores com seis anos de serviço, cuja atitude desastrosa denegriu a imagem da Câmara Municipal de Curitiba a nível Nacional, provando assim que ao invés de servir a Comunidade estão servindo-se do Povo e dos recursos públicos;

3- Em que pese toda e qualquer atitude caluniosa, os Presidentes dos Diretórios Zonais do PMDB prosseguirão nas suas tarefas de conduzir e cobrar de todos os filiados um comportamento coerente e digno com Programa e Estatuto do Partido, bem como a preservação da moralidade pública, mesmo que corram o risco das mais diversas pressões.

4- Esclarecem, finalmente, que estarão movendo Ação Criminal na Justiça, por calúnia e difamação tendo em vista as mentirosas e falsas acusações".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSI, EM SESSÃO DO DIA 05 DE MAIO DE 1987.

#### "Al Recebe Sinal do Palácio e Aprova Emendas"

Após receber um "sinal verde" do Palácio Iguaçu, deputados aprovam 7 emendas à

reforma administrativa

Com a presença de 50 dos 54 deputados estaduais, a Assembléia Legislativa aprovou ontem sete das 57 emendas apresentadas ao projeto de reforma administrativa do governador Álvaro Dias. Destas, uma é de autoria da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia, uma foi enviada pelo próprio governador (suprimindo artigo que criava o ouvidor geral do Estado) e cinco são de deputados.

Antes da votação, que aconteceu por volta de 12:15 minutos toda a bancada do PMDB já sabia quais seriam as emendas aprovadas e quais as rejeitadas. Apesar do parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, que considerou algumas emendas "inconvenientes" e outras "inconstitucionais". E ainda apesar das declarações do governador, prometendo que vetaria "todas as emendas contrárias ao espírito do projeto".

Depois de alguns contatos dos líderes da bancada (Caíto Quintana) e do governo (Nestor Baptista) com o Palácio Iguaçu, na manhã de ontem, veio o sinal de que o governo admitiria a aprovação de determinadas emendas, previamente negociadas.

A compreensão do Palácio Iguaçu foi transposta para o papel. O deputado Caíto Quintana distribuiu então cópias de um bilhete por ele manuscrito onde estabelecia quais as matérias que a bancada deveria aprovar: as emendas de números 1 (Paulo Furiatti), 27 (José Afonso Júnior), 44 (Luiz Carlos Alborghetti), 45 (José Afonso Júnior) e 48 (Edmar Luiz Costa, todas de deputados do PMDB.

#### Acordo de Liderança

Enquanto outros deputados sucediam-se na tribuna em entusiasmados discursos de "encaminhamento da votação", o líder do governo e o líder do PMDB trabalhavam para conseguir um acordo com as demais lideranças partidárias com o objetivo de aprovar sem problemas a matéria. As oposições, autoras de 45 das 57 emendas apresentadas ao projeto, caminhava para o acordo. Mas, uma manobra do PMDB que pediu destaque para a votação das emendas destinadas à aprovação e depois quis votar em bloco as demais, pôs tudo por água abaixo.

Revoltados, os integrantes do PFL, PDT, PL, PT e PDS abandonaram o plenário. Mas era tarde. A chamada nominal já havia sido realizada e o quórum estava garantido.

Aí, ficou fácil. Com o dispensável auxílio dos dois deputados do PTB, a bancada peemedebista votou as emendas e deixou para a próxima sessão (segunda-feira) a terceira discussão do projeto, já emendado, da reforma administrativa. Segundo uma



fonte da própria liderança do PMDB, devem ser apresentadas novas emendas de plenário na próxima segunda-feira, o que pode exigir uma quarta votação do projeto.

### Autonomia

As sete emendas aprovadas ontem, juntam-se a outra, aprovada terça-feira, que

garante a autonomia das universidades estaduais, transcrevendo um artigo da Constituição Estadual que estabelece esse direito. Entre as emendas rejeitadas pelo plenário, no estilo "rolo compressor" (de uma só vez), estão seis do próprio PMDB: duas de Anibal Khury, três de Antonio Annibelli e uma de Paulo Furiatti.

## Emendas não mudam projeto do governo

Fora as emendas da Comissão de Constituição e Justiça, que apenas corrigiu aspectos jurídicos, e do governador Alvaro Dias, que suprime o artigo que criava o ouvidor geral do Estado, as outras cinco apresentadas por deputados do PMDB, e aprovadas, pouco mexeram no espírito da reforma administrativa pretendida pelo Palácio Iguaçu.

A emenda número 1, do deputado Paulo Furiatti, mantém inalterada a situação do Estado nos setores de reitoria, reprograma e vigilância, desobrigando-o de recorrer à iniciativa privada para contar com esses serviços.

A emenda número 27, do deputado José Afonso Junior, prevê que não poderão ser demitidos na reforma administrativa funcionários deficientes físicos ou errantes de família.

A emenda número 44, do deputado Luiz Carlos Albuquerque, cria o Serviço de Atendimento ao Menor Desamparado, vinculado ao governo do Estado, e impede a Fundação de Ação Social do Paraná, sucursal da Fundação de Promoção Social do Paraná (Promopar), de assumir o patrimônio e receitas do IAM (Instituto de Assistência ao Menor).

A emenda número 45, do deputado José Afonso Junior, diz apenas que o Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem (Dema) passará a chamar-se Departamento Estadual de Arquivo Público (Deap).

E a emenda número 48, do deputado Wilmar Luiz Costa, acrescenta ao artigo que prevê a possibilidade de criação de fundações pelo Poder Público que elas obedecerão, obrigatoriamente, as normas de licitação estabelecidas na legislação federal.

## A força do Executivo no Poder Legislativo

No momento em que se elabora uma nova Constituição e os legislativos reclamam a "devolução de prerrogativas", privilégio que talvez jamais tenham tido, os deputados estaduais do Paraná deram uma prova ontem de como tem força a influência do Executivo em suas decisões.

Simples emendas ao projeto de reforma administrativa, que em nada de fundamental mudam a proposta oficial, foram submetidas a interlocutores (os líderes da bancada, Caio Quintana, e do governo, Nestor Baptista) para uma consulta ao Palácio Iguaçu.

Depois, combinados os detalhes, a matéria foi apre-

ciada, discutida, votada e aprovada pelos representantes do povo.

### Poder de ferro

Mas a influência do Executivo sobre o Legislativo já foi bem maior. Em governos passados, os deputados estaduais sentiram o peso exato do poder do governo no tratamento de matérias de seu interesse. Um exemplo: o ex-governador Ney Braga costumava transmitir à sua bancada, o PDS, com antecipação, o que poderia ou não ser aprovado. Os limites eram claros. E ultrapassagens não eram perdoadas. Nessas ocasiões, o atendimento de reivindicações do deputado para sua região era a primeira decisão boicotada.

## Líder do governo contra a autonomia

O deputado Nestor Baptista, líder do governo na Assembleia Legislativa, considerou uma irresponsabilidade e tocou duras críticas, ontem, aos deputados que aprovaram uma emenda assegurando autonomia às universidades estaduais. Para Nestor, os deputados confundiram interesse coletivo com demagogia e aprovaram uma emenda redutiva, pois a autonomia é assegurada pela Constituição estadual e "jamais foi ameaçada pelo governador Alvaro Dias".

Segundo Nestor, o que foi questionado pelo governador é o direito das universidades estaduais deliberarem sobre seus próprios salários e depois apresentar a conta para o contribuinte. O deputado explicou que os cons-

elhos administrativos dessas universidades, diante de um conselho distorcido de autonomia, passaram a se julgar no direito de arbitrar os salários dos professores.

O líder do governo disse que essa liberalidade do conselho em determinar sucessivos aumentos salariais geraram uma série de distorções. E citou um caso que considera absurdo: o curso de Física da UEL tem 30 professores e apenas 10 alunos. Para Nestor, os professores estão tentando com fundir a opinião pública, de modo por autonomia, mas se preocupando apenas em engordar o próprio salário às custas dos cofres públicos. "Isso não é autonomia, é irresponsabilidade", disse o deputado.

### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

### R E S O L V E:

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 316/87

designar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções conforme especifica, junto à Diretoria de Pessoal, a partir de 01 de fevereiro de 1987:

#### Auxiliares de Gabinete

ALCEU IVO COSTACURTA

INOLAN ANTONIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA

Setor de Assistência Técnica

Administrativa

MARIA HERCILIA CAMARA CONTER

Setor de Regime Legal e Pesquisa de Recursos Humanos

CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA

Setor de Fichário, Arquivo e Cadastro de Pessoal

REGINALDO XAVIER BITTENCOURT

Setor de Folhas e Administração

de Cargos e Vencimentos

ELEOVAN CEZAR RIBEIRO

Setor de Consignações e Descontos

CELIA MARIA GRACIA HATSBACH

Setor de Pessoal Contratado

LEONILDO MARCHIORO

Setor de Controle de Pessoal Eventual e Comissionado

JOSEPHA KUCEK LEVANDOSKI

Setor de Pessoal à Disposição e Cadastro de Deputados

NEVINHA MARIA CARDOSO

Setor Médico

ROGÉRIO ANTONIO SOUZA DO NASCIMENTO

Setor Odontológico

DARCI KLIEMANN

(Protoc. n. 1374/87).

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 317/87

designar as funcionárias abaixo relacionadas, todas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções conforme especifica, junto à Diretoria Administrativa, a partir de 01 de fevereiro de 1987:

Auxiliar de Gabinete

NELSON EMILIO MARQUES

Auxiliares de Plenário

CLEMETILDE DELFINA BORTOLON

NOIR PACHECO

Auxiliar de Portaria

BRIGIDA LOBO KOLAROVICS

Setor de Serviços Gerais



JOSÉ CARLOS JANJÃO  
Setor de Portaria  
MAURICIO GONÇALVES  
Setor de Conservação e  
Reparação de Móveis e Máquinas  
JOSÉ CHECHELISKI  
Setor de Limpeza e Conservação  
JOSÉ ELIAS MARTINS  
Setor de Copa e Cozinha  
JOSINA PEREIRA JANJÃO  
Setor de Manutenção Elétrica  
NELSON ANDRÉ DE ARAÚJO  
Setor de Atualização de  
Bens Patrimoniais  
JOÃO FARINHAK  
Setor de Cadastro e Tombamento  
LUIZA ZACK VIANTE  
Setor de Expedição  
VALDOMIRA DEMETERCO  
Setor de Controle e  
Movimentação de Processos  
FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI  
Setor de Arquivo e Movimentação  
LUIZ AUGUSTO CANTADOR  
Setor de Correspondência  
NEUSA OLIVIA MELARA  
Setor de Transportes  
JOÃO MARTINS SOBRINHO  
(Protoc. n. 1734/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 318/87  
designar os funcionários abaixo relaciona-  
dos, todos do Quadro de Pessoal da Secre-  
taria desta Assembléia, para exercerem as  
funções de Auxiliares de Gabinete da Dire-  
toria da Procuradoria, a partir de 01 de  
fevereiro de 1987:

OLENI FERREIRA LIMA BAPTISTA  
AURORA RIBEIRO GONÇALVES  
(Protoc. n. 1430/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 319/87  
designar os funcionários abaixo relaciona-  
dos, todos do Quadro de Pessoal da Secre-  
taria desta Assembléia, para exercerem as  
funções conforme especifica, junto ao Ga-  
binete da Diretoria Geral, a partir de 01  
de fevereiro de 1987:

Assessor de Gabinete  
JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ  
Oficial de Gabinete  
JONAS DE SOUZA PORTO  
Motorista  
ODAIR COSMOS

DECRETO LEGISLATIVO N. 320/87  
designar os funcionários abaixo relaciona-  
dos, todos do Quadro de Pessoal da Secre-  
taria desta Assembléia, para exercerem as  
funções conforme especifica, junto à Dire-  
toria Legislativa, a partir de 01 de feve-  
reiro de 1987:

Setor de Redação da Ata  
NILTON BUSATO  
Setor de Redação e Debates

LINDAMIR EDIL CARAN  
Setor de Diário da Assembléia  
NANCI TEREZINHA KOTELAK  
Setor das Comissões Técnicas  
ANDRELINA CORREIA ALVES  
Setor de Movimentação Legislativa  
LINDAMIR GONÇALVES BORGONOV  
Setor de Autuação de Processos  
ANGELINA GARCIA PACHECO  
Setor Taquigráfico de Plenário  
ANNA CHRISTINA SOUZA  
Setor Taquigráfico de Comissões  
MARIA DE LOURDES GOMIDE M. MAGALHÃES  
Setor de Biblioteca  
JANET DA SILVA SANTOS  
Assistentes de Gabinete  
JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES  
ZENAIDE SILVA FILPO  
Assessores de Gabinete  
JULIA JOLINSKI DE PAULA  
MARIA LEONILDA ROCHA ZANETTI  
Auxiliares de Gabinete  
MARIA MOREIRA MACENO  
MARCIONILIO SANCHI CAMBUHY  
(Protoc. n. 1543/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 321/87  
designar os funcionários abaixo relaciona-  
dos, todos do Quadro de Pessoal da Secre-  
taria desta Assembléia, para exercerem as  
funções conforme especifica, junto ao Ga-  
binete da Diretoria da Procuradoria, a  
partir de 01 de fevereiro de 1987:

Chefe do Setor de  
Assessoramento Jurídico  
MARCO ANTONIO MARCONCIN  
Chefe do Setor de  
Atendimento Parlamentar  
CESAR AUGUSTO LEONI  
(Protoc. n. 1578/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 322/87  
designar os funcionários abaixo relaciona-  
dos, todos do Quadro de Pessoal da Secre-  
taria desta Assembléia, para exercerem as  
funções conforme especifica, junto à Dire-  
toria de Apoio Técnico, a partir de 01 de  
fevereiro de 1987:

Auxiliares de Gabinete  
ZILDETE TEIXEIRA  
ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS  
Setor de Registros Contábeis  
DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO  
Setor de Processamento de Pagamentos  
WILSON KAIEL  
Setor de Execução Orçamentária  
ELDO GEVEZIER  
Setor de Cadastro de Fornecedores  
RUBENS DAMAS  
Setor de Licitações  
NORMANDO PEDRO CULPI  
(Protoc. n. 1455/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 323/87  
designar os funcionários abaixo relaciona-

dos, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções conforme especifica, junto à Diretoria de Assistência ao Plenário, a partir de 01 de fevereiro de 1987:

Auxiliares de Gabinete  
MARIA DE LOURDES SANTOS  
FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO

Setor de Ordem do Dia  
NELITA RIBEIRO HARTMANN

Setor de Autografia  
ANNA ROSA BELLO VIANA  
Setor de Serviços Gerais

BERTOLDO SCHWARBACH  
Setor Datilográfico de  
Atendimento ao Plenário

IZAIR PEREIRA FLORES  
Setor de Apoio à Mesa  
JORGE ASSAD MANSUR

(Protoc. n. 1249/87).

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 324/87

designar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções conforme especifica, junto à Diretoria Financeira, a partir de 01 de fevereiro de 1987:

Setor Técnico Orçamentário  
HONORINO LUIZ COLLA  
Setor de Cadastro de Entidades  
MARIA ARANTES DE LIMA  
Setor de Registro de Operações  
MARCOS UNIGA

(Protoc. n. 1394/87).

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 325/87

designar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções conforme especifica, junto à Coordenadoria da Gráfica, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 01 de fevereiro de 1987:

Setor de Arte e Fotelito  
FRANCISCO BUBNIAK  
Setor de Revisão  
DIMITRYA PIRIH MARANHÃO  
Setor de Impressão  
SOLON FONTOURA RODRIGUES

(Protoc. n. 1527/87).

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 326/87

designar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções conforme especifica, junto à Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 01 de fevereiro de 1987:

Assessores de Gabinete  
HERMINIO BACK  
LUIZ ALBERTO KUCHENBECKER  
ÁLVARO SÉRGIO MARAVALHAS  
Setor de Cerimonial  
LUIZ FERNANDO GOTTARDI

#### Setor de Editoração e Publicação

EMILIA DE MIRANDA BECKER

#### Setor de Eventos e Promoções Especiais

CENIRA SILVEIRA DA COSTA

#### Setor de Estudos e Assessoramento Técnico

JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELLA

(Protoc. n. 1541/87).

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 327/87

designar JORGE NAROZNIAK, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Setor de Imprensa, Rádio e Televisão, da Coordenadoria de Divulgação, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 01 de fevereiro de 1987.

(Protoc. n. 1531/87).

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 328/87

I - exonerar, a pedido, ROSE RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete do Deputado Acyr Mezzadri.

II - prover, JOÃO RENATO BIANCO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Acyr Mezzadri.

(Protoc. n. 1229/87).

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 329/87

I - exonerar, a pedido, LUIZ HENRIQUE CASTAGNOLI, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Acyr Mezzadri.

II - prover, OSVALDO SALVADOR CAVALLIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Acyr Mezzadri.

(Protoc. n. 1376/87).

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 330/87

I - exonerar, a pedido, MARIA LUCIA BECKER, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PT.

II - prover, CLAUDIO ROBERTO LUNA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PT.

III - exonerar, a pedido, CINESIO DE ARAÚJO BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PT.

IV - prover, FLORISVALDO RAIMUNDO DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PT.

(Protoc. n. 1491).

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 331/87

I - exonerar, a pedido, JOSÉ DARI KLEIN, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Pedro Tonelli.

II - prover, VALDETE APARECIDA SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Pedro Tonelli.

(Protoc. n. 1492).

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 332/87

prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem os cargos em Comissão,

junto ao Gabinete do Deputado Paulino Delazeri, conforme especifica, a partir de 16 de março de 1987:

DAS-5: OSVALDO FLOR  
3-C: REGINA M. SPERANÇA  
4-C: MARIA J. MALIKOSKI  
6-C: SANDRO L. NEUMEISTER

(Protoc. n. 1788).

DECRETO LEGISLATIVO N. 333/87

prover, ALDA MARIA COLOMBO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Paulino Delazeri.

(Protoc. n. 2228).

Palácio XIX de Dezembro, em 21.04.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 334/87

prover, JOSÉ ALFREDO SILVA FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete Parlamentar do Deputado Lindolfo Júnior, a partir de 01 de fevereiro de 1987.

(Protoc. n. 1042).

Palácio XIX de Dezembro, em 22.04.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 335/87

exonerar, a pedido, a partir de 01 de abril do corrente ano, JOSÉ ALFREDO SILVA FILHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete Parlamentar do Deputado Lindolfo Júnior.

(Protoc. n. 2244).

DECRETO LEGISLATIVO N. 336/87

prover, CLÁUDIO FERNANDES DA ROCHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete Parlamentar do Deputado Lindolfo Júnior, a partir de 01 de abril de 1987.

(Protoc. n. 2243).

DECRETO LEGISLATIVO N. 337/87

prover, JOSÉ ALFREDO SILVA FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Segunda Secretaria, a partir de 01 de abril de 1987.

(Protoc. n. 2245).

DECRETO LEGISLATIVO N. 338/87

exonerar, a pedido, CLAUDIO FERNANDES DA ROCHA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Segunda Secretaria.

(Protoc. n. 2212).

DECRETO LEGISLATIVO N. 339/87

exonerar, a pedido, ADEMIR SANT'ANA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, do Gabinete da Segunda Secretaria.

(Protoc. n. 2211).

DECRETO LEGISLATIVO N. 340/87

prover, ADEMIR SANT'ANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Segunda Secretaria.

(Protoc. n. 2246).

DECRETO LEGISLATIVO N. 341/87

exonerar, a pedido, PAULO BARBOSA MIRANDA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete Parlamentar, do Deputado Lindolfo Júnior.

(Protoc. n. 2218).

DECRETO LEGISLATIVO N. 342/87

prover, PAULO BARBOSA MIRANDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lindolfo Júnior.

(Protoc. n. 2247).

DECRETO LEGISLATIVO N. 343/87

exonerar, a pedido, SALETE GOMES, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Segunda Secretaria.

(Protoc. n. 2213).

DECRETO LEGISLATIVO N. 344/87

prover, SALETE GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lindolfo Júnior.

(Protoc. n. 2248).

DECRETO LEGISLATIVO. 345/87

exonerar, a pedido, ARGEMIRO SPURIO GARCIA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lindolfo Júnior.

(Protoc. n. 2216).

DECRETO LEGISLATIVO N. 346/87

prover, ARGEMIRO SPURIO GARCIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, no Gabinete da Segunda Secretaria.

(Protoc. n. 2249).

Palácio XIX de Dezembro, em 27.04.87.

DECRETO LEGISLATIVO N: 350/87

reajustar os proventos de inatividade de LENY SABÓIA, matrícula n. 127, deste Poder, com base no valor correspondente à remuneração da simbologia DAS-5, de acordo com o Art.140, item III, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, conforme disposto no Art. 4.º, e § 1.º, da Resolução n. 02/64; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único da referida Lei n. 6174, gratificação de cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com a Lei n. 6794, de 08 de junho de 1976.

(Protoc. n. 3111).

DECRETO LEGISLATIVO N. 351/87

I - exonerar, a pedido, OSMAR TADEU CARDOSO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Segurança, da Diretoria de Serviços Especiais.  
II - prover, WILCIONAR VOLTAIRE GARCIA,

para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4 de Coordenador da Coordenadoria de Segurança, da Diretoria de Serviços Especiais.

DECRETO LEGISLATIVO N. 352/87

promover, os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para a carreira de Oficial Legislativo, Classe A, conforme especifica:

ALCEU RAMOS	-	por antigüidade
ALMIR MONTEIRO	-	por merecimento
ANDRELINA CORREIA ALVES	-	por antigüidade
BRIGIDA LOBO KOLAROVICS	-	por merecimento
FRANCISCA DA SILVA CALHEIRO	-	
		por antigüidade
GABRIEL BROTTTO		por merecimento
IRACY DA SILVA RUDNIK		por antigüidade
IVETE HENEQUEM DRANKA		por merecimento
JACYRA MACHADO BINI		por antigüidade
JOÃO FARINHAK		por merecimento
JOANA DE LIMA		por antigüidade
JULIA JOLINSKI DE PAULA		por merecimento
LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO	-	
		por antigüidade
LUIZ BROTTTO NETO		por merecimento
MARIA DE LOURDES SANTOS		por antigüidade
SINHORINHA BERNARDI		por merecimento
TABAJARA MARTINS		por antigüidade
NILTON LUIZ IMATHON BUENO		por antigüidade
EXPEDICTO MILCEWSKI		por merecimento
MARLENE PERRY GONÇALVES		por antigüidade

DECRETO LEGISLATIVO N. 353/87

promover, as funcionárias abaixo relacionadas, ambas ocupantes do cargo de Taquígrafo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para o cargo de Taquígrafo A, conforme especifica:

MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES

Por Antigüidade

ODETE MÜLLER

Por Merecimento

Palácio XIX de Dezembro, em 01.05.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 370/87

aposentar, nos termos dos Arts. 138, item II, 140, item III, 170 e parágrafo único, 172, item III e 177, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, JORGE KUDRI, matrícula n. 286, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-3, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Artigo 4.º e parágrafo 1.º, da Resolução n. 02/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, combinado com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro

de 1984.

Palácio XIX de Dezembro, em 05.05.87.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI-Presidente

ANIBAL KHURY - 1.º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR - 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N. 80/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RICARDO SABOIA KHURY, matrícula n. 107, ocupante do cargo de Procurador, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar.

(Protoc. n. 01758).

PORTARIA N. 81/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOEL DA SILVA NATAL, matrícula n. 341, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A- Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,  
II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio, compreendido entre 07 de abril de 1980 e 07 de agosto de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas ao ano de 1981, contadas em dobro.

(Protoc. n. 1443).

PORTARIA N. 82/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de BRIGIDA LOBO KOLAROVICS, matrícula n. 556, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe B - Referência IV, do Quadro

de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o decênio, compreendido entre 20 de julho de 1975 e 20 de agosto de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1973, 1975, 1976, 1977, 1979, 1980, 1981 e 1982, e quinze (15) dias de 1968, contadas em dobro.

(Protoc. n. 00164).

PORTARIA N. 83/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de NORMANDO PEDRO CULPI, matrícula n. 360, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio compreendido entre 30 de maio de 1983 e 30 de março de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n. 02236).

PORTARIA N. 84/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ZENO PACIORNIK, matrícula n. 411, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe C - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1986, que deixou de gozar.

(Protoc. n. 00018).

PORTARIA N. 85/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RUBENS DAMAS, matrícula n. 371, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe

A - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o decênio, compreendido entre 07 de setembro de 1976 e 07 de maio de 1985, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1976, 1979, 1980 e 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. n. 00267).

PORTARIA N. 86/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de FARID LUIZ GUÉRIOS, matrícula n. 480, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio compreendido entre 27 de fevereiro de 1983 e 27 de dezembro de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1975, 1983, 1984 e 1985, contadas em dobro.

(Protoc. n. 01921).

PORTARIA N. 87/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ACIR TEIXEIRA, matrícula n. 108, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, Classe C - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o sexto quinquênio, compreendido entre 10 de janeiro de 1983 e 10 de novembro de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos

anos de 1982, 1983, 1984 e 1985, contadas em dobro.

(Protoc. n. 01933).

PORTARIA N. 88/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA DE LOURDES SANTOS, matrícula n. 561, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio compreendido entre 29 de maio de 1982 e 29 de março de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1982, 1983, 1984 e 1985, contadas em dobro.

(Protoc. n. 00587).

PORTARIA N. 89/87

conceder ao funcionário FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI, matrícula n. 516, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referente ao ano de 1987, a partir de 04 de maio do corrente ano.

(Protoc. n. 02860).

PORTARIA N. 90/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de DARIO FORTUNATO DARRIF, matrícula n. 063, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio compreendido entre 10 de março de 1983 e 10 de janeiro de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1982, 1983, 1984 e 1985, contadas em dobro.

(Protoc. n. 02642).

PORTARIA N. 91/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2., da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ADILSON VICENTINI, matrícula n. 110, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o

tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,  
II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio, compreendido entre 22 de junho de 1980 e 22 de junho de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n. 01909).

PORTARIA N. 92/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2., da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ PAULO ORTH, matrícula n. 420, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1985 e 1986, que deixou de gozar; e,  
II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano e seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o segundo decênio e o quinto quinquênio, compreendido entre 01 de fevereiro de 1973 e 01 de fevereiro de 1986,, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1973, 1974, 1975, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n. 00007).

PORTARIA N. 93/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SINHORINHA BERNARDI, matrícula n. 563, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "B" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio compreendido entre 16 de novembro de 1978 e 16 de novembro de 1982, antecipado

em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1978, 1979 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. n. 00898).

PORTARIA N. 94/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período de férias, conforme especifica:

RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI - matrícula n. 320 - 2 meses - 1986.

JORGE ASSAD MANSUR, matrícula n. 278 - 2 meses - 1986.

(Protocs. n. 968 e 1928).

PORTARIA N. 95/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MOACIR JORGE NARDI, matrícula n. 081, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1985 e 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio compreendido entre 11 de julho de 1980 e 11 de janeiro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n. 00380).

PORTARIA N. 96/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALMIR SANTOS, matrícula n. 055, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da

referida Lei n. 6.174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio compreendido entre 23 de dezembro de 1979 e 23 de outubro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1979, 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. n. 02514).

PORTARIA N. 97/87

antecipar, para a partir de 08 de abril do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, ao funcionário DURVAL DAROS, matrícula n. 065, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 02494).

PORTARIA N. 98/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de MIGUEL JORGE NASSAR NETO, matrícula n. 465, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio compreendido entre 08 de março de 1974 e 08 de maio de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias relativas aos anos de 1969, 1974 e de 1976 a 1981, contadas em dobro.

(Protoc. n. 00991).

PORTARIA N. 99/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LÁZARO DA SILVA, matrícula n. 521, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1985 e 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio com-



preendido entre 04 de setembro de 1979 e 04 de julho de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1979, 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. n. 00656).

PORTARIA N. 100/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ ANTÔNIO MAINGUE, matrícula n. 368, ocupante do cargo de Médico, Classe C - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174/70, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio compreendido entre 19 de abril de 1980 e 19 de junho de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n. 00029).

PORTARIA N. 101/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor

dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias, conforme especifica:

FARID LUIZ GUÉRIOS, mat. 480 - 2 meses - 1986

LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, mat. 145 - 2 meses - 1986

AIMORÉ OD ROCHA, mat. 384 - 2 meses - 1986

WILSON KAIEL, mat. 436 - 2 meses - 1986

SERGIO SOUTO, mat. 087 - 2 meses - 1986

HONORINO LUIZ COLLA, mat. 505 - 2 meses - 1986

ANTONIO DOS SANTOS RIBAS, mat. 357 - 2 meses - 1986

ENIO SANTANGELO MALHEIROS, mat. 475 - 2 meses - 1986

ELDO GEVEZIER, mat. 056 - 2 meses - 1986

FRANCISCO BUBNIAK, mat. 367 - 2 meses - 1986

LIDIA MUCHINSKI, mat. 487 - 4 meses - 1985 e 1986

RAFAEL DE LALA SOBRINHO, mat. 602 - 2 meses - 1986

DIMITRYA PIRIH MARANHÃO, mat. 138 - 2 meses - 1986

JORGE KUDRI, mat. 286 - 2 meses - 1986

MARINA CUNHA MARTINS, mat. 1986 - 2 meses - 1986

ANTONIO GULBINO, mat. 164 - 2 meses - 1986

HELENA REGINA STEPHAN MORO, mat. 076 - 2 meses - 1986

JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, mat. 419 - 2 meses - 1986.

(Protocs. n. 7, 26, 34, 43, 66, 85, 150, 168, 251, 273, 340, 439,

567, 741, 980, 1026, 1604 e 1443).

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.04.87.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI  
Diretor Geral